

Julia Piola

A PERSPECTIVA DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOB A ÓPTICA
DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ENCANTADO/RS

A Banca examinadora abaixo _____ a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Direito:

Profa. Ma. Alice Krämer Iorra Schmidt – Orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. _____
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. _____
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Lajeado, novembro de 2019



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES

CURSO DE DIREITO

**A PERSPECTIVA DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOB A ÓPTICA
DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ENCANTADO/RS**

Julia Piola

Lajeado, novembro de 2019

Julia Piola

**A PERSPECTIVA DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
SOB A ÓPTICA DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR
NO MUNICÍPIO DE ENCANTADO/RS**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientadora: Profa. Ma. Alice Krämer Iorra Schmidt

Lajeado, novembro de 2019

AGRADECIMENTO

Este trabalho foi elaborado ao longo de vários meses, com o objetivo de proporcionar aos leitores um olhar diferenciado da maneira como os litígios devem ser resolvidos, proporcionando às partes um momento para analisar a melhor maneira para resolver as controvérsias.

Sou grata a toda ajuda que recebi nesses meses, principalmente da minha orientadora, Professora Alice Krämer Iorra Schmidt, pela paciência e compreensão nas horas em que mais precisei. Também agradeço à minha família e em especial aos meus pais, pois é para eles que dedico essa monografia, uma vez que foram eles que me incentivaram a escolher o curso de Direito.

Aos meus queridos amigos, devo minha imensa gratidão, pela paciência em me ouvir todos os dias falando desta monografia, assim como pela ajuda nos momentos mais difíceis.

À minha universidade, tenho o orgulho de dizer que me proporciona o conhecimento na área em que atuo, e aos demais professores, que todos os dias dedicam o seu tempo para tornarem seus alunos operadores éticos no Direito.

Aos meus colegas de serviço também agradeço por toda a ajuda, cada palavra de compreensão e, acima de tudo, pelo apoio e ensinamento que me proporcionam diariamente.

Espero que de alguma forma este trabalho sirva como meio de reflexão, bem

como seja utilizado para demonstrar que o Judiciário deve inovar nos métodos de resolução de conflitos.

Todas as pessoas possuem problemas dentro do núcleo familiar. Olhar para problema ou admitir que está errando é muito importante e é um dos primeiros passos para começar a entender o conflito e solucioná-lo, pois de nada adianta procurar uma terapia ou um método de solução consensual de conflito sem observar o que está diante dos seus olhos (DA AUTORA, 2019).

RESUMO

Embora existam no Judiciário diversas formas de resolver os conflitos, a constelação familiar serve como uma das portas para resolver determinados litígios, podendo ser um método diferenciado para atender a essas demandas. Assim, esta monografia teve como objetivo analisar os benefícios e a origem da constelação familiar, explicando como esse método pode resolver os conflitos no âmbito familiar, especialmente no campo jurídico e social, proporcionando para as partes a resolução ou solução de um conflito de forma consensual. A metodologia deste estudo quali-quantitativo envolveu pesquisa bibliográfica e posteriormente a realização de questionário à magistrada de Encantado/RS e também a uma consteladora familiar, proporcionando a observação dos benefícios que a prática sistêmica pode trazer ao Judiciário e à Comarca de Encantado/RS. A pesquisa dessa monografia revelou que na Comarca de Encantado não foi possível levantar dados numéricos ou estatísticos, no entanto a Magistrada de Encantado, Dra. Jacqueline Bervian, aplica técnicas das constelações nas salas de audiências. A conclusão do estudo foi que a constelação familiar é um método de resolução de conflitos em que as partes são protagonista da própria história, capazes de olhar o conflito e compreendê-lo, buscado a solução mais adequada para aquele litígio no meio familiar. Ainda, as partes de um processo que se submetem à técnica da constelação familiar raramente voltam a litigar novamente perante o Poder Judiciário. Portanto, a constelação familiar serve como um método diferenciado de solução consensual de conflitos.

Palavras-chave: Constelação familiar. Encantado/RS. Método diferenciado. Resolução de conflitos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estados brasileiros que utilizam a constelação familiar	62
Figura 2 – Dados da prática no TJ-DFT	64
Figura 3 – Modo de atuação da constelação familiar	66
Figura 4 – Aplicação da constelação familiar	67
Figura 5 – Logotipo do projeto.....	69
Figura 6 – Redução dos casos de reincidência.....	70
Figura 7– Questionário elaborado para a consteladora	72
Figura 8 – Questionário elaborado para a magistrada de Encantado/RS	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Código Civil
Cejusc	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CF	Constituição Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
Lei nº 13.140/2015	Lei da Mediação
Numepec	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
OAB	Ordem de Advogados do Brasil
RS	Rio Grande do Sul
STF	Supremo Tribunal Federal
TJ-DFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TJ-RJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJ-RS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PANORAMA GERAL DA SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	14
2.1 Primeiras abordagens sobre conciliação e mediação	14
2.1.2 Breves noções sobre autodefesa, autocomposição e heterocomposição	17
2.1.3 Acesso à justiça	19
2.1.4 Teoria do sistema de múltiplas portas	21
2.2 A Resolução nº 125/2010 do CNJ	22
2.2.1 Núcleo permanente de métodos consensuais de solução de conflitos (Nupemec) e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).	24
2.3 A Lei nº 13.140/2015 – Lei da Mediação	28
2.3.1 Princípios da mediação	29
2.3.1.1 Princípio da autonomia de vontade e decisão informada	29
2.3.1.2 Princípio da informalidade e independência	30
2.3.1.3 Princípio da oralidade	31
2.3.1.4 Princípio da imparcialidade do mediador	32
2.3.1.5 Princípio da isonomia das partes	33
2.3.1.6 Princípio da busca do consenso, cooperação e não competitividade ...	34
2.3.1.7 Princípio da boa-fé	35
2.3.1.8 Princípio da confidencialidade	36
2.4 A abordagem no Código de Processo Civil sobre os meios de resolução de conflitos	37
3 A TRAJETÓRIA DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR	40
3.1 A conceituação, história e origem da prática sistêmica	40
3.1.1 Surgimento da constelação familiar no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul	42
3.2 Funcionamento da constelação familiar e breves considerações sobre o campo morfogênético	44
3.2.1 Tipos de constelação	47
3.3 As ordens do amor	48
3.3.1 A necessidade de pertencimento	49

3.3.2 Lei da hierarquia ou da ordem	50
3.3.3 A lei do equilíbrio ou compensação	51
3.4 Os movimentos da alma e a cura.....	53
3.5 Objetivos e características do direito sistêmico	56
 4 A VISÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR E SEUS BENEFÍCIOS NA COMARCA DE ENCANTADO/RS	59
4.1 Procedimentos metodológicos	59
4.2 Os benefícios que a técnica sistêmica proporciona para o Judiciário.	62
4.3 Dados coletados na comarca de Encantado/RS sobre a constelação familiar	71
4.4 Prospecções sobre o tema no território pesquisado.....	76
 5 CONCLUSÃO	79
 REFERÊNCIAS.....	83
 APÊNDICES	93

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna cada vez mais procura o Poder Judiciário para resolução de conflitos, principalmente de ordem familiar. Diante disso, o sistema que atende às demandas da sociedade vem sofrendo mudanças, razão pela qual há a necessidade de métodos diferenciados para a resolução de conflitos. Ainda cabe explicar que o Poder Judiciário possui inúmeras formas e mecanismos para essas questões, sempre analisando o caso concreto e direcionando para a melhor resolução do litígio.

A constelação familiar consiste em um método que busca a resolução ou solução consensual de um comportamento disfuncional apresentado dentro das famílias, permitindo uma concepção do problema e seu bloqueio, por meio do trabalho em grupo, ou seja, da sessão de constelação familiar, em que podem ser observadas as causas geradoras do problema e harmonizá-las mediante apontamentos específicos.

Nesse sentido, a constelação familiar surge como uma forma inovadora dentro do direito de família, pois tenta fazer com que as partes cheguem a um diálogo – ou seja, uma compreensão do motivo do litígio familiar, sem que haja muita intervenção externa, em que poucas palavras ou mesmo o silêncio permitam àquela família entrar em contato com a constelação, havendo assim uma compreensão mais rápida da situação, sem que seja esclarecida ou analisada alguma situação.

Assim, o direito sistêmico surge como um movimento de acesso à justiça, a qual busca novas formas para a resolução dos conflitos trazidos para o Judiciário.

Diante disso, esta monografia visa a descobrir os possíveis benefícios da constelação familiar na resolução de conflitos jurídicos e sociais, no âmbito familiar, na Comarca de Encantado/RS. Para tanto, será elaborada uma pesquisa de campo, por meio de questionário a ser respondido pela magistrada de Encantado/RS e por uma consteladora familiar, em que se observará a prática sistêmica no Município e quais os possíveis benefícios que isso trará ao Judiciário e para essa Comarca.

Dessa forma, buscar-se-á analisar os benefícios e a origem da constelação familiar, explicando como esse método pode resolver os conflitos no âmbito familiar, especialmente no campo jurídico e social, proporcionando para as partes a resolução ou solução de um conflito de forma consensual.

O problema da presente monografia consiste em descobrir quais são os possíveis benefícios da constelação familiar na resolução de conflitos jurídicos e sociais, no âmbito familiar, na Comarca de Encantado/RS.

A constelação familiar gera inúmeros benefícios que podem proporcionar a superação de traumas e uma possível reconciliação das partes, bem como a ampliação da consciência, o que possibilita que os envolvidos identifiquem os problemas e as soluções para a questão que estão tratando, por meio de uma sessão de terapia. Assim, acredita-se na hipótese de que a constelação familiar seja um instrumento promissor na resolução de conflitos familiares, de caráter jurídicos e sociais, na Comarca de Encantado/RS.

Feito isso, serão analisados os dados coletados por meio do questionário, fazendo minuciosos apontamentos, a fim de esclarecer como a constelação familiar serve de meio alternativo para a resolução de litígios.

Quanto à abordagem, a metodologia de pesquisa desta monografia adotará o modelo qualitativo, pois objetiva à compreensão de como a constelação familiar pode ser útil para o direito de família e proporciona a visão desse método, como um meio de solução de conflitos para o Poder Judiciário. Além disso, esse método visa a compreender e descrever esse procedimento para a finalidade de resolver os conflitos judiciais no âmbito familiar sem intervenção do Estado, onde as partes buscam encontrar a melhor forma de resolver o problema.

Quanto ao objetivo, será utilizado na monografia o método explicativo, a fim de explicar e dar enfoque a causa do problema, observando como a constelação familiar se desenvolve para a resolução dos conflitos judiciais.

Ainda, será utilizada a técnica descritiva, objetivando ao estudo das características e os benefícios dos participantes da constelação familiar, além da forma como procede o funcionamento da constelação familiar, bem como seus princípios, as ordens do amor, o campo morfogenético, os movimentos da alma e cura e seus objetivos.

Por fim, será utilizado o método dedutivo, pois se partirá da observação das leis brasileiras sobre a solução de conflitos, partindo para a análise de um método de resolução de litígios, qual seja a constelação familiar, e finalizando com a busca de dados na comarca de Encantado/RS sobre essa prática do direito sistêmico.

Sobre os instrumentais técnicos utilizados, será realizado um questionário sobre constelação familiar na Comarca de Encantado/RS, a fim de se obter indicadores e poder aprofundar o tema proposto. Para tanto, este estudo adotará a pesquisa com abordagem quantitativa, pois será realizado um questionário com a magistrada de Encantado e uma consteladora, a fim de obter dados acerca dos benefícios que a prática da constelação familiar pode proporcionar ao Município de Encantado e para o Poder Judiciário.

Para tanto, serão adotadas técnicas bibliográficas, fundadas em referencial teórico que envolvam doutrina, artigos de periódicos e materiais de estudiosos da área, encontrados em sites especializados, e documentais, com o uso de legislação, principalmente o Código de Processo Civil (CPC), a Lei da Mediação e a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outras legislações.

Partindo disso, o presente trabalho tratará primeiramente sobre a legislação brasileira e seus dispositivos prevendo a solução consensual de conflitos. Assim, no primeiro capítulo serão abordadas as primeiras passagens da conciliação e mediação no Brasil, além da explanação do conceito da teoria do conflito, além de apresentadas breves noções sobre a autodefesa, autocomposição e heterocomposição. Em seguida, serão mencionadas as ondas sobre a teoria para o acesso à justiça e a teoria de múltiplas portas. Também será tratada a Resolução nº 125/2010 do CNJ, o Núcleo

Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), a Lei nº 13.140/2015, os princípios da Lei da Mediação, e, ao final, a abordagem do CPC sobre os meios de resolução de conflitos.

Já o segundo capítulo versará sobre a trajetória da constelação familiar, sendo explanado sobre a conceituação, história e origem da prática sistêmica, o seu surgimento no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, o funcionamento da sua prática e as breves considerações sobre o campo morfogenético, os tipos de constelação e seus princípios, quais sejam as ordens do amor, compreendido como a necessidade do pertencimento, lei da hierarquia ou da ordem e lei do equilíbrio ou compensação. Após, explanar-se-á sobre os movimentos do amor e a cura e os objetivos e características do direito sistêmico.

Por fim, no terceiro capítulo será abordada a visão da constelação familiar e seus benefícios na Comarca de Encantado/RS, sendo que nesse momento será explicado sobre os procedimentos metodológicos adotados na realização da pesquisa, as vantagens que a técnica sistêmica proporciona para o âmbito familiar, os dados coletados naquele Município sobre esse fenômeno e as prospecções sobre o tema no território pesquisado. Cabe ressaltar que foi escolhida a Comarca de Encantado/RS por ser a única no Vale do Taquari que utiliza esse método.

Na conclusão, buscar-se-á identificar quais os benefícios que a constelação familiar pode proporcionar para o Poder Judiciário, especificadamente para a Comarca de Encantado/RS, a fim de proporcionar um método diferenciado de solução consensual de conflitos.

2 PANORAMA GERAL DA SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS

Neste capítulo discorrer-se-á sobre as principais legislações que preveem a solução consensual de conflitos, iniciando-se pelas primeiras abordagens sobre a conciliação e mediação; a Resolução nº 125/2010 do CNJ; a Lei nº 13.140/2015 – conhecida como Lei da Mediação –; os princípios da mediação; e, por fim, a abordagem do CPC sobre os meios de resolução de conflitos.

2.1 Primeiras abordagens sobre a conciliação e a mediação

O conflito faz parte de todo ser humano, ou seja, é parte inerente da sociedade, pois a vida em coletividade resulta no surgimento de conflito, ou seja, trata-se de um fenômeno inevitável (SOUZA JÚNIOR, 2018).

Assim, conforme exposto por Daniel (2011, texto digital):

Hoje se pode afirmar que não existe uma sociedade sem conflitos, pois esta não é estática, sendo que os desentendimentos aparecem como fatores inevitáveis. Um conflito pode ser visto de várias formas, podem existir conflitos sociais, familiares, políticos, psicanalíticos, étnicos, religiosos, e ainda de valores, podendo ser eles internos ou externos, aparecendo de formas variáveis, se dando entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades.

Diante do conflito, o Estado serve como detentor da força legítima para decidir, por meio do Poder Judiciário, órgão que trata dos litígios oriundos da sociedade, os quais cabem ao juiz decidir (SPENGLER apud DANIEL, 2011).

Quanto ao papel do Estado, verifica-se que nem sempre ele foi voltado a pacificar os conflitos sociais, segundo Almeida e Pantoja (2016, texto digital):

Nas sociedades primitivas, os litígios eram solucionados por métodos informais e rudimentares, mediante o uso da força física (autotutela); por meio da realização de acordo entre os litigantes, com sacrifício total ou parcial de seus interesses (autocomposição); ou através da eleição de terceiros de mútua confiança, em geral sacerdotes ou anciãos, para julgar os conflitos (hetercomposição ou arbitragem).

Mesmo com a implementação do Estado, por meio do Poder Judiciário, não se atingiu a pacificação social absoluta, sendo necessária a implementação de métodos diferenciados para a solução de conflitos (ALMEIDA; PANTOJA, 2016).

As primeiras previsões sobre o sistema consensual de resolução de conflitos no Brasil vieram por meio das Ordenações Filipinas, promulgadas em 1595, e que presumiam:

No começo da demanda dirá o juiz a ambas as partes que, antes que façam despesas e se sigam entre eles os ódios e dissensões, se devem concordar, e não gastar suas fazendas por seguirem suas vontades, porque o vencimento da causa sempre é duvidoso (ALBUQUERQUE; FAGUNDES, 2017, texto digital).

A conciliação tem atuação antiga no ordenamento jurídico brasileiro, pois conforme Sales e Chaves (2014, texto digital), “esteve presente no texto Constitucional Imperial de 1824 e ao longo dos anos foi sendo apresentada em leis infraconstitucionais com forte expressão”.

Com a Proclamação da República em 1889, surgiu a primeira Constituição do Brasil em regime republicano, em 1891, criando-se o primeiro Código Civil Brasileiro, ao que Pasquali (2016, texto digital) comenta:

A Constituição de 1891 determinou que era função dos Estados a iniciativa para legislar sobre o processo, assim mantiveram a figura do juiz de paz para a conciliação. No entanto, nas Constituições de 1934 e de 1937, foram concedidos aos Estados poderes para a manutenção da justiça de paz eletiva, bem como para fixação de sua competência, com a advertência que eventuais recursos interpostos seriam julgados na justiça comum.

A conciliação também possuía previsão consolidada no Código de Processo Civil de 1973 e outras leis especiais. No entanto, por não existir uma regulamentação prevendo expressamente a conciliação e mediação ou por não haver uma prática uniforme a respeito da aplicação dessas técnicas, ainda havia muita discrepância

entre as fontes legislativas que tratavam sobre a solução consensual de conflitos (CABRAL, 2017).

Além disso, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), em seu preâmbulo, prevê a solução pacífica de controvérsias, como segue:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .

Ainda, em seu artigo 4º, inciso VII, a Constituição “menciona a solução de conflitos como um princípio que rege as suas relações internacionais” (CABRAL, 2017, texto digital).

A conciliação e a mediação são mecanismos legítimos de acesso à justiça, com previsão expressa no artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88, capazes de solucionar conflitos de maneira adequada e reduzir a demanda processual, trazendo ao judiciário uma leitura contemporânea do acesso à justiça (CABRAL, 2017).

Outro marco que impactou na história do sistema consensual de resolução de conflitos foi a Lei nº 9.099/95, que trata da criação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a conciliação de causas cíveis de até 40 salários mínimos, e na esfera criminal, a transação, em crimes de menor potencial ofensivo (ALBUQUERQUE; FAGUNDES, 2017).

Já a mediação, ganhou destaque a partir do momento em que o CNJ editou a Resolução nº 125/2010, posteriormente alterada pela Emenda nº 2 de 2016. Trata-se da Política Judiciária Nacional de Tratamento adequado dos conflitos de interesse do Poder Judiciário, que estabelece a criação de métodos diferenciados de resolução de conflitos, isto é, órgãos especializados para resolver essas demandas (CABRAL, 2017).

Em 2015, sobreveio a promulgação da Lei da Mediação, que dispõe “sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a

autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, no âmbito processual e pré-processual” (ALBUQUERQUE; FAGUNDES, 2017, texto digital).

Por fim, com a vinda do CPC de 2015 foi valorizado o instituto da solução de conflitos, buscando proporcionar às partes formas de autocomposição, evitando a atuação do Estado (CAMPOS; FRANCO, 2017). Portanto, o ordenamento jurídico busca diminuir a demanda processual assegurando o direito à Justiça e a solução célere dos conflitos sociais (CAMPOS; FRANCO, 2017).

Como se pode perceber, com o passar dos tempos o Judiciário foi moldando-se diante das demandas trazidas pela sociedade, isto é, passou a buscar novas formas – antes não utilizadas – para resolver os conflitos, criando-se meios diferenciados para a sua resolução. Assim, percebe-se que diversos fatores levaram o Judiciário a mudar, buscando uma justiça com novas formas de resolver conflitos, sem os formalismos inerentes à própria justiça (BENTO, 2012).

2.1.2 Breves noções sobre autodefesa, autocomposição e heterocomposição

Os métodos de resolução de conflitos podem ser classificados como: autodefesa ou autotutela, autocomposição e heterocomposição.

Segundo Santos (2018), a autodefesa é conhecida como uma maneira arcaica de solucionar os conflitos sem a presença do Estado, caracterizando-se pela imposição e garantia de interesses privados, ou seja, sobrepondo a vontade de uma das partes sobre as pretensões da outra.

No ordenamento jurídico brasileiro, a autotutela é proibida, pois, segundo Vargas (2017), é considerada crime, com previsão legal no artigo 345 do Código Penal (CP), com exceção de casos como: excludente de ilicitude, previstos no seu art. 23, pelo qual “não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa [...]”.

Ainda sobre a autotutela, pode-se dizer que ela é admitida apenas excepcionalmente, como por exemplo: “direito de greve, no âmbito trabalhista, a legítima defesa, o estado de necessidade, a possibilidade de reaver a coisa

esbulhada, de forma imediata, como prevê o artigo 1.210, § 1º, do Código Civil” (VARGAS, 2017, texto digital).

Já a autocomposição consiste em uma técnica na qual as partes chegam a um acordo de vontades sem intervenção de terceiros, objetivando a prevenção da instalação de um litígio heterocomposto (VALÉRIO, 2016).

Sena (2007, texto digital) apresenta uma ideia complementar de autocomposição:

A autocomposição verifica-se seja pelo despojamento unilateral em favor de outrem da vantagem por este almejada, seja pela aceitação ou resignação de uma das partes ao interesse da outra, seja, finalmente, pela concessão recíproca por elas efetuada. Não há, em tese, exercício de coerção pelos indivíduos envolvidos.

Além disso, Sena (2007) afirma que a autocomposição possui modalidades, sendo elas: a renúncia, aceitação e transação e podem ocorrer, segundo Valério (2016, texto digital), “antes da demanda, evitando sua composição, ou durante, pondo dessa forma, termo ao litígio”.

O CPC prevê duas formas de autocomposição, mencionadas por Kamel (2017): a conciliação e a mediação, sendo que na primeira há uma terceira pessoa imparcial, que intercede o diálogo entre as partes e pode propor solução para o conflito em questão; já a mediação também funciona com uma terceira pessoa, conhecida como mediador, que no entanto não propõe o acordo, mas aproxima as partes para um diálogo.

A heterocomposição, por sua vez, trata da intervenção jurisdicional do Estado, que, para Valério (2016, texto digital), “[...] pode se materializar frente a um juiz togado, ou árbitro que, embora seja terceiro particular equidistante entre as partes, conta com o amparo legal, inclusive na aplicação de sanções”. Para Santos (2018), essa modalidade ocorre quando uma decisão é proferida por um terceiro imparcial, determinando o direito de cada litigante no conflito em questão.

Cumprе destacar que essas modalidades foram abordadas a fim de dar prosseguimento aos demais assuntos, pois é relevante entender que um litígio pode ser resolvido de diversas formas, seja através de heterocomposição, da autocomposição e, excepcionalmente, pela autotutela.

2.1.3 Acesso à justiça

Após a análise dos institutos da autocomposição, autotutela e heterocomposição, passa-se agora ao estudo do acesso à justiça, a fim de proporcionar a compreensão do ingresso ao Poder Judiciário e a proteção dos direitos.

O acesso à justiça pode ser compreendido, segundo Sá (2011), como uma via em direção à tutela jurisdicional do Estado, visando à proteção dos direitos, decorrente da garantia constitucional da inafastabilidade da jurisdição, prevista no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Assim, o acesso à justiça não se esgota pela simples convergência ao Poder Judiciário, pois o seu alcance deve ocorrer por meio de um processo qualificado, célere e eficaz e que apresente resultados concretos (SEFFRIN, 2014), bem como justo e legal (PASQUALI, 2016). Certo é que o conceito de acesso à justiça foi sendo adaptado no curso do tempo e, por isso, a doutrina indica haver “ondas de acesso à justiça”, as quais serão analisadas a seguir.

As ondas são frutos de pesquisas de autores sobre as mudanças acerca do acesso à justiça, seja ela na assistência jurídica ou pela gratuidade de justiça, decorrentes de alterações que ocorreram em diversos países, inclusive os europeus. Cabe salientar que a obra de Cappelletti e Garth descreve de forma minuciosa as alterações que ocorreram no sistema do acesso à justiça (GIRALDEZ, 2018).

A primeira onda é voltada à ordem econômica, ou seja, menciona sobre a implementação do sistema de assistência judiciária gratuita em favor das pessoas hipossuficientes (SEFFRIN, 2014), ao que Cappelletti e Garth apud Seffrin (2014, texto digital) afirmam:

Os primeiros esforços importantes para incrementar o acesso à justiça nos países ocidentais concentraram-se, muito adequadamente em proporcionar serviços jurídicos para os pobres. Na maior parte das modernas sociedades, o auxílio de um advogado é essencial, senão indispensável para decifrar leis

cada vez mais complexas e procedimentos misteriosos, necessários para ajuizar uma causa. Os métodos para proporcionar a assistência judiciária àqueles que não a podem custear são, por isso mesmo, vitais.

Em adição, Giraldez (2018, texto digital) complementa:

Antes das reformas introduzidas nos países, a assistência jurídica dos hipossuficientes era feita pelo modelo caritativo, ou seja, advogados que voluntariamente atuavam em prol dos direitos desses indivíduos. Todavia, o sistema não era atrativo aos advogados, pela ausência de contraprestação.

Portanto, a primeira onda procurar resolver a questão econômica, trazendo igualdade para as pessoas que buscam pleitear seus direitos.

A segunda onda, por sua vez, preocupa-se com os direitos difusos e coletivos, abrangendo questões que envolvam grupos e categorias e, com isso, voltando o olhar do Estado aos interesses grupais (GIRALDEZ, 2018).

Logo, a segunda onda contribuiu para a distribuição da justiça, por meio da coletividade dos processos, proporcionando a efetividade dos direitos de determinado grupo da sociedade (SEFFRIN, 2014). Pode-se dizer que a segunda onda busca resolver os problemas organizacionais, ou seja, pretende trazer uma visão voltada aos direitos coletivos e não apenas ao individual.

A terceira onda é conhecida como a criação de novos procedimentos para resolver os conflitos, trazendo a ideia de que métodos não judiciais servem como acesso à justiça, bem como podem proporcionar a resolução do litígio (GIRALDEZ, 2018), o que é esclarecido por Bento (2012, texto digital):

[...] reformas na estrutura do Poder Judiciário, o qual, em substituição aos procedimentos tradicionais, adotou outros institutos em busca da solução dos conflitos, como a arbitragem, a conciliação, a mediação, entre outros, para modificar situações entendidas como obstáculos ao acesso à justiça, em especial a morosidade e a complexidade da estrutura judiciária, objetivando alcançar uma justiça justa, econômica e rápida.

Portanto, a terceira onda trata do acesso à justiça por meio de métodos adequados para a resolução de conflitos.

A presente monografia trata essencialmente da terceira onda, sendo que o segundo capítulo discorrerá sobre um método diferenciado para a resolução de conflitos, qual seja a constelação familiar.

2.1.4 Teoria do sistema de múltiplas portas

Primeiramente, é necessário entender que o sistema judiciário está superlotado, não sendo capaz de resolver todas as demandas que lhe chegam, tornando-se imperiosa a criação de novas formas para a solução de conflitos, conhecidas como métodos alternativos (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2018).

Assim, o sistema de multiportas, criado por Frank Sander na década de 1970, é utilizado como ferramenta para abrir novas portas, a fim de tratar os litígios encaminhados ao Poder Judiciário, possibilitando que sejam tratados de forma correta e observando-se sua natureza e peculiaridades (ALBUQUERQUE; FAGUNDES, 2017).

Esse sistema pode ser compreendido como uma teoria de adequação, em que se observa o caso concreto para encontrar uma solução para a questão (SANTOS, 2011). Segue a ideia de que o conflito pode ter uma “porta” de entrada, que normalmente é o Poder Judiciário, mas pode ter uma série de “portas” de saída, cujos critérios passa-se a considerar.

O primeiro critério é a natureza da disputa, em que há litígios que são melhores resolvidos quando as próprias partes propõem uma solução, e não quando a resolução é imposta por um terceiro imparcial – o juiz (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2018).

O segundo critério é o do relacionamento entre as partes, em que as soluções podem variar conforme o envolvimento entre as partes do conflito (SANDER apud NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2018).

O terceiro é o valor da disputa, ou seja, as despesas devem ser proporcionais ao caso em questão. O quarto critério é o do custo de resolução da disputa, que sempre deve priorizar o custo-benefício. O quinto critério é a celeridade e a rapidez da solução dos litígios com métodos alternativos de resolução de conflitos (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2018).

Assim, percebe-se que a justiça passa a não ter mais uma única porta para resolver os conflitos. Com a vinda de novos institutos como a mediação e a conciliação

ganhando espaço no judiciário e tornando-se mais aplicados para resolução dos problemas enfrentados pelas partes, o que é comentado por Cunha (2018, texto digital):

[...] novos métodos de solução de conflitos tornam possível a existência de uma justiça multiportas, onde o processo judicial não represente a única porta para a sociedade buscar a tutela dos seus direitos ou a solução de um conflito, mas sim apenas uma delas, ao lado de outros procedimentos que também estejam à disposição das partes para acessar a justiça e resolver seus conflitos.

Portanto, o sistema de múltiplas portas serve como um mecanismo de triagem do conflito, destinando-se ao Poder Judiciário somente demandas que não possam ser resolvidas por outros métodos, ou quando eles se mostram inexitosos (SANTOS, 2011).

Após uma breve análise da teoria do sistema de múltiplas portas, passa-se a destacar algumas legislações que preveem os métodos diferenciados para solução de litígios, os quais são essenciais para a compreensão das diferentes formas de resolução de conflitos, sob a ótica do legislador.

2.2 A Resolução nº 125/2010 do CNJ

No dia 29 de novembro de 2010, o CNJ editou a Resolução nº 125, a fim de trazer maior eficiência ao Poder Judiciário, regulamentando a obrigatoriedade de se implementar novos métodos para a solução de conflitos, como a conciliação e a mediação (BRIQUET, 2016).

A edição da Resolução nº 125/2010 do CNJ aconteceu por meio da posse do Ministro Cezar Peluso no Supremo Tribunal Federal (STF), mencionando em seu discurso sobre a necessidade de implementar métodos diferenciados de resolução de conflitos no Poder Judiciário, com o intuito de reduzir a demanda processual e dar mais qualidade na prestação jurisdicional. Em seguida, o Ministro nomeou uma comissão para implementar os métodos de solução de conflitos, sendo que a partir desse momento, o CNJ editou e publicou a Resolução nº 125/2010, para pôr em prática a referida política (GONÇALVES, 2015).

A criação da Resolução veio como uma aposta para resolver a solução da crise pela qual o Judiciário estava enfrentando, uma vez que a sentença adjudicada, imposta, não cumpria com seu objetivo – a pacificação social –, pois as partes não ficavam satisfeitas com o resultado e isso só aumentava a interposição de recursos, tornando os processos ainda mais morosos. A segunda premissa é a de que há mais chances de as partes cumprirem com o que for estipulado, ao invés do que é imposto na sentença judicial, conforme Nobre (2014, texto digital):

[...] consiste em um conjunto de ações que visa a dar cumprimento aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, ou seja, eficiência operacional, ampliação do acesso ao sistema de Justiça e responsabilidade social, de maneira eficaz e harmônica, conferindo à mediação e à conciliação, o *status* de métodos consensuais de resolução de conflitos, parceiros da resolução judicial no tratamento dos desentendimentos e das lides.

A Resolução nº 125/2010 do CNJ é conhecida como marco histórico na resolução de conflitos e pretende, segundo Albuquerque e Fagundes (2017), a estimulação da pacificação e a prestação de serviços autocompositivos, incentivando o Judiciário a se organizar e a planejar métodos amplos de autocomposição.

Essa Resolução, conforme Monteiro (2017, texto digital), instituiu uma “Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos”, promovendo a adoção de mecanismos consensuais para a resolução de conflitos, especificando a mediação, a conciliação e outros métodos como formas de resolução de litígios.

De acordo com o preâmbulo da referida Resolução, seu objetivo consiste na ampliação de um “acesso à ordem jurídica justa, que implica na satisfação da adequada prestação jurisdicional, revestida de forma célere e efetiva” (AQUINO, 2017, p. 183).

Por sua vez, o art. 1º da mencionada Resolução dispõe que “fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade”.

Portanto, a Resolução prevê que todos os cidadãos sejam orientados com atendimento correto para uma possível solução do seu problema, proporcionando meios de resolução de controvérsias (OLIVEIRA; MIGLIAVACCA, 2014).

É relevante mencionar que, para o CNJ, mais precisamente na Resolução nº 125/2010, a conciliação ocorre quando um terceiro facilitador adota uma posição mais ativa, mas permanecendo neutro e imparcial em relação ao litígio, buscando a harmonização e restauração social; já a mediação, por seu turno, caracteriza-se como uma solução de conflitos onde um terceiro neutro e imparcial facilita o diálogo das partes, para que elas busquem a melhor forma de solucionar o problema em questão (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA apud AQUINO, 2017).

Cabe destacar que, conforme Nobre (2014, texto digital), é de competência do CNJ:

[...] organizar programa e suas ações (art. 4º) com a participação de todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades parceiras, citando, expressamente, as universidades e instituições de ensino (art. 5º). O artigo 6º relaciona as ações para incentivar a autocomposição de litígios e a pacificação social, prevendo que o desempenho do programa e suas diretrizes fiquem a cargo do CNJ, bem como, o desenvolvimento do conteúdo programático mínimo e ações voltadas à capacitação e à elaboração do código de ética dos mediadores, dos conciliadores e demais facilitadores. Também cabe ao CNJ providenciar a inclusão das atividades relacionadas ao programa, a fim de que sejam consideradas como fator de merecimento nas promoções e remoções dos magistrados.

Portanto, o CNJ surge para auxiliar o Poder Judiciário, estimulando os meios autocompositivos, em que as partes procurem a melhor solução para resolver o problema em questão.

A Resolução nº 125/2010 criou duas estruturas distintas, as quais Brinquet (2016) aduz serem o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e os Centros de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), os quais têm a responsabilidade pela implementação de meios de solução de conflitos no Judiciário brasileiro.

Passa-se agora à análise de cada um desses órgãos.

2.2.1 Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc)

A respeito do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), Brinquet (2016, p. 216) esclarece:

[...] é o órgão responsável pelo cumprimento da Resolução nº 125 nos tribunais e tem como suas principais funções: instalar e supervisionar os Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), promover capacitação treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores e propor ao Tribunal a realização de convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins da resolução.

O artigo 7º da referida Resolução, segundo Aquino (2017), prevê a composição desses núcleos por juízes ativos, aposentados ou que possuem vasta experiência na área de solução de conflitos, durante o seu período de atuação jurídica. Além disso, essa escolha dos magistrados é realizada de forma aleatória ou condicionada à atuação política, portanto, não há critérios técnicos para a escolha dos componentes do núcleo. A Resolução nº 125/2010 também prevê a possibilidade de servidores prestarem serviços administrativos de assessoramento aos núcleos (AQUINO, 2017).

Portanto, conforme Nobre (2014, texto digital), esses núcleos são responsáveis pela atuação em quatro eixos:

[...] a) estabelecimento de metas e ações; b) interlocução com outros Tribunais e estabelecimento de convênios com a rede de parceiros; c) instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e d) gestão da admissão, capacitação, cadastro e regulamentação da remuneração dos conciliadores e dos mediadores. Os núcleos criarão os Centros de Solução de Conflitos e Cidadania, que serão unidades do poder Judiciário, a serem instalados onde exista mais de um Juízo, Juizado ou Vara (artigo 8º, caput e parágrafo 2º).

O Tribunal gaúcho instituiu, por meio da Resolução nº 04/2012, a criação do Nupemec, na qualidade de órgão especial (ALBERTON; KUBIAK, 2017), com o objetivo de proporcionar a capacitação de mediadores, por cursos ministrados por instrutores do próprio Tribunal, certificados pelo CNJ (ESTIVALET, 2015).

O Nupemec estabelece diversos projetos e normas internas, que visam a implementar métodos autocompositivos em diversas comarcas, sendo sua estrutura destacada por Alberton e Kubiak (2017, texto digital, grifo dos autores), como sendo:

[...] 1) Interiorização da mediação: realizada de palestras nos Cursos de Aperfeiçoamento para Magistrados (CAMs); encontros com magistrados, servidores em diversas comarcas estimulando a adoção da prática da mediação. 2) Criação do CEJUSC modelo: organização de estrutura ideal de atendimento às práticas autocompositivas desde a fase pré-processual, com desenvolvimento de sistema de informática adequado, mobiliário, disposição de lay out; etc (ANEXO C). 3) Mediação itinerante: atendimento a casos complexos e diferenciados com a formação de equipe de mediadores especializada em conflitos coletivos, atuando em demandas de múltiplas partes, em desocupações de áreas públicas e particulares. 4)

Estabelecimento de grade curricular e estruturação dos cursos de mediação: básico; mediação familiar; instrutores de mediação e supervisores de estágios (ANEXO D). 5) Criação e desenvolvimento de plataforma virtual para a supervisão e acompanhamento de estágio com objetivo de alcançar a todos os mediadores em formação no Estado do Rio Grande do Sul, haja vista que em razão da necessidade de deslocamento por grandes distâncias, esse processo se tornou difícil e dispendioso. 6) Encontros periódicos de formação continuada a fim de manter os mediadores veteranos e em formação constantemente atualizados, recebendo qualificação em várias áreas do conhecimento, além de acompanhamento psicopedagógico. 7) Inserção da disciplina 'Métodos Autocompositivos' nos cursos para novos juízes (ANEXO E). 8) Realização de convênios e parcerias com universidades, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), etc.

Por fim, cabe ressaltar que os Núcleos são responsáveis pela consolidação das políticas públicas e a fiscalização dos trabalhos de atividades conciliadoras e mediadoras exercidos pelos Cejuscs (AQUINO, 2017).

Os referidos Centros têm previsão expressa no art. 24 da Lei nº 13.140/2015, conhecida como Lei da Mediação:

Art. 24. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, pré-processuais e processuais, e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.
Parágrafo único. A composição e a organização do centro serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.

Os Cejuscs são parcerias entre entidades públicas e privadas com o Poder Judiciário, oferecendo serviços de mediação e conciliação, a fim de resolver os litígios e diminuir a demanda processual, pois auxiliam as varas judiciais ou especializadas na realização de audiências (BRINQUET, 2016).

A Resolução nº 125/2010 do CNJ pretende, conforme Aquino (2017, p. 264), “centralizar e uniformizar as práticas de prestações de serviços por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania”. Assim, os artigos 7º, inciso IV, e 8º da Resolução nº 125/2010 do CNJ estabelecem a criação desses Centros:

Art. 7º Os tribunais deverão criar, no prazo de 30 dias, Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Núcleos), coordenados por magistrados e compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área, com as seguintes atribuições, entre outras:
IV - instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos;

Art. 8º Os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

O papel dos conciliadores e mediadores é o restabelecimento da comunicação entre as partes, propondo um diálogo para resolução do conflito. Ainda cabe ressaltar que a Resolução nº 125/2010 do CNJ explana sobre a capacitação desses profissionais como forma de facilitar o papel de terceiro imparcial, bem como conduzir de maneira correta e adequada as partes durante a solenidade (VITOI, 2016).

Passa-se agora à observação dos setores dos Cejuscs.

O setor pré-processual é acionado quando não houver o ajuizamento prévio de ação no Poder Judiciário e, nesse caso, podem ser objeto de conciliação ou mediação pré-processual as causas cíveis e de família. Em caso de haver acordo entre os litigantes, o processo será encaminhado ao Judiciário para análise do juiz e sua consequente homologação (BRIQUET, 2016). Essa fase serve como uma triagem, com a designação de uma audiência, seja de mediação ou conciliação, antes da propositura de uma ação (BRINQUET, 2016).

Já o setor processual consiste no atendimento ao conflito que já possui processo ajuizado no Judiciário, seja civil ou de família. O juiz determinará no despacho se é caso de conciliação ou mediação e encaminhará o processo para realização da solenidade no Cejusc, que será responsável por designar e realizar o ato e, independente do resultado, será encaminhado para o juízo competente (BRIQUET, 2016).

Além disso, como destacado por Aquino (2017 p. 278) as partes serão “convidadas, mediante carta de convite, a participarem da sessão de conciliação ou mediação”. Caso as partes não estejam presentes na solenidade designada, poderá ser redesignada nova sessão de mediação ou conciliação ou a ação terá prosseguimento no ato em que parou (AQUINO, 2017).

Por fim, o setor cidadania atua, segundo Vitoi (2016, p. 18), atendendo ao público “em geral que procura por uma informação ou orientação de como deve

proceder para ter seu direito satisfeito ou resolver seus conflitos”. Esse setor também é encarregado, segundo Aquino (2017, p. 278):

[...] pela guarda dos documentos administrativos do Centro, pela emissão de documentos (como carta convite para participação da sessão de conciliação ou mediação), pelo agendamento e realização de eventuais sessões psicológicas de assistência social.

Por fim, cabe ressaltar que a Resolução nº 125/2010 inovou a forma de combater os litígios, trazendo ao Judiciário uma forma pioneira de pensar em métodos alternativos de resolução do conflito, proporcionando a implementação de novas leis, como a da mediação, a qual se passará a analisar.

2.3 A Lei nº 13.140/2015 – Lei da Mediação

Pode-se entender a mediação como um meio em que um terceiro imparcial atua para facilitar o diálogo entre as partes, proporcionando para os litigantes uma forma de percepção ampliada do problema, a fim de que encontrem a melhor maneira para solucionar a questão, ou seja, trata-se de um meio consensual de abordagem (TARTUCE, 2016).

Para Cachapuz (2006), a mediação significa a construção e amadurecimento de conceitos ou ideias para enfrentar ou até resolver litígios, sendo realizado uma reflexão do caso com intuito de solucionar os conflitos existentes.

Ainda, como conceituação da mediação, é relevante mencionar o parecer de Brinquet (2016, p. 218), que a trata como uma “atividade técnica exercida por pessoa imparcial, sem poder de decisão, que auxilia as partes envolvidas a identificar ou desenvolver soluções consensuais”.

O art. 1º da referida Lei estabelece:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

Valendo-se dessa conceituação, é possível perceber que a mediação “busca proporcionar um espaço qualificado de conversação que permita a ampliação de

percepções e propicie ângulos plurais de análise dos envolvidos”, afirma Tartuce (2016, p. 177).

Portanto, para alcançar êxito, a mediação deverá promover a facilitação de diálogo entre os ligantes, de modo que as partes resolvam seus conflitos de maneira harmoniosa e consensual, não bastando apenas o acordo, mas sim estimulando uma relação interpessoal (TARTUCE apud CORNELIUS, 2017). Assim, a mediação surge como método para solução de controvérsias, atuando como terceiro imparcial que tenta promover a facilitação do diálogo entre as partes, a fim de que descubram a melhor forma para resolver o conflito.

Após essa análise sobre a conceituação da mediação, passe-se ao estudo dos princípios que a regem, pois auxiliam na compreensão do método e, em certa medida, aplicam-se às constelações familiares.

2.3.1 Princípios da mediação

A mediação é estabelecida por regras e procedimento, ou seja, não há imposição de uma solução e nem envolvimento, sempre priorizando-se os princípios que a norteiam (SOUSA, 2018).

Agora, passa-se à análise de cada princípio da mediação, os quais são norteadores de todo o procedimento e da forma de interpretá-lo.

2.3.1.1 Princípio da autonomia de vontade e decisão informada

Esse princípio é compreendido como a autodeterminação, pois permite que o mediando – indivíduo que está participando da sessão de mediação – decida o caminho do litígio, ou seja, se vai ou não ocorrer um acordo entre as partes, sempre ligado à dignidade e liberdade (TARTUCE, 2016).

Rodrigues apud Cornelius (2017, texto digital) considera as partes:

[...] protagonistas dos rumos do procedimento, podendo optar pela realização ou não da mediação, bem como recusar o mediador judicial designado e, em principal, ter total controle sobre a decisão final, decidindo pelo acordo ou não, sem sofrer qualquer pressão externa ou interna.

Esse princípio é fundamental, pois menciona que os sujeitos podem optar pelo rumo que o conflito pode levar, ou seja, se vão propor um acordo e pôr fim a lide ou se irão prosseguir na controvérsia. Ainda, a autonomia da vontade faz menção à ideia de voluntariedade, uma vez que, para que se realize a mediação, é necessária a aceitação expressa das partes (TARTUCE, 2016). Ou seja, só poderá ser realizada a mediação se ambas as partes estiverem em comum acordo para que ocorra a sessão.

O princípio da decisão informada vincula-se à autonomia das partes, que têm liberdade para decidir de forma consciente (TAKAHASHI et al., 2019), a fim de que estejam cientes dos direitos e decisões.

A previsão para o princípio da decisão informada está no art. 1º, inciso II, Anexo III, da Resolução nº 125/2010 do CNJ:

Art. 1º. São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.

[...]

II - Decisão informada - dever de manter o jurisdicionado plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido.

Portanto, o princípio da decisão informada tem como objetivo manter as partes cientes quanto aos seus direitos e decisões, sendo absolutamente livres para atuarem.

2.3.1.2 Princípio da informalidade e independência

Esse princípio tem previsão legal no art. 2º, inciso IV, da Lei nº 13.140/2015, pelo qual “a mediação será orientada pelos seguintes princípios: [...] IV – informalidade”.

A informalidade serve como um benefício para a comunicação entre as partes, pois é menos burocrática e, não havendo regras fixas, torna-se mais simples a solução do conflito, sempre priorizando o diálogo entre as partes (SOUSA, 2018).

Em relação a isso, Rodrigues, Netto e Soares apud Cornelius (2017, texto digital) comentam:

Evidente que tal flexibilização não pode sobrepor-se aos direitos a que as partes fazem jus; contudo, permite uma menor rigidez de procedimentos e técnicas, como na linguagem que se faz uso, na condução das audiências e mesmo na vestimenta e expressões faciais do mediador, denotando maior aproximação às partes.

Por fim, Sousa (2018) destaca que os participantes estabelecem condutas que influenciarão no número de sessões a serem realizadas, quando deverá ser utilizada uma linguagem simples, clara e de fácil compreensão.

Portanto, quanto mais clara a linguagem e menor a burocratização, torna-se mais simples a aproximação das partes e a sua comunicação, possibilitando o encontro da solução da controvérsia discutida.

2.3.1.3 Princípio da oralidade

O princípio da oralidade tem previsão no art. 2º, inciso III da Lei nº 13.140/2015: “Art. 2º. A mediação será orientada pelos seguintes princípios: [...] III – Oralidade”.

Para Tartuce (2016), a mediação utiliza o meio da conversação entre as partes com auxílio de um terceiro imparcial, a fim de pacificar o problema explanado, buscando restabelecer a comunicação.

O princípio da oralidade é desenvolvido pela fala onde as partes podem expor apontamentos relevantes para solução do conflito em questão (KAMEL, 2017). Ainda, esse princípio estabelece técnicas que, para Tartuce (2016, p. 200), possibilitam “a clarificação de percepções, a provocação de reflexões e a elaboração de perguntas que abram canais produtivos e novas possibilidades para os envolvidos”. Logo, a mediação tem como objetivo que os mediandos conversem sobre a situação em debate com liberdade e de maneira informal, utilizando pouco a linguagem jurídica (TARTUCE, 2016).

Assim, tal princípio objetiva que as partes promovam o diálogo e encontrem a melhor maneira para solucionar o problema, podendo utilizar uma linguagem informal com poucas falas jurídicas, a fim de que cada qual possa explicar sobre a sua visão acerca do conflito enfrentado.

A técnica utilizada na medição é a escuta ativa que, segundo Tartuce (2016, p. 201), relata ser a valorização do sentido do “que é dito com visitas a compreender o que foi exposto pelo interlocutor”.

Esse princípio, segundo Netto e Soares apud Cornelius (2017, p. 41), objetiva a “celeridade ao processo, fortalecer a informalidade dos atos e promover a confidencialidade, eis que se registra o mínimo possível”.

Portanto, o princípio da oralidade além de tornar o processo mais célere, pode trazer a solução mais rápida pelo simples poder da palavra, pois as partes, informalmente, discutem e fazem apontamentos relevantes para a resolução daquele conflito, podendo chegar até à solução mais adequada para o problema em questão.

2.3.1.4 Princípio da imparcialidade do mediador

O art. 1º, inciso IV, anexo III, da Resolução nº 125/2010, prevê:

Art. 1º. São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.

[...]

IV - Imparcialidade - dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente.

A imparcialidade consiste na neutralidade do mediador, que não pode tomar partido e deve respeitar as ideias propostas pelas partes (SOUSA, 2018). Esse princípio, conforme Tartuce (2016), é de extrema importância, pois a imparcialidade significa a ausência de interesse do mediador em relação ao problema a ser resolvido.

Portanto, o mediador deve ser imparcial, sem induzir ou instigar as partes a nenhum resultado em relação à controvérsia (TARTUCE, 2016).

Conclui-se que esse princípio é relevante, uma vez que as partes não podem ser induzidas a chegarem a uma solução, e sim devem conversar entre si para descobrir a melhor forma de enfrentar o problema.

2.3.1.5 Princípio da isonomia entre as partes

A Lei da nº 13.140/2015 dispõe sobre o princípio da isonomia, em seu art. 2º, inciso II: “A mediação será orientada pelos seguintes princípios: [...] II – isonomia entre as partes”.

Primeiramente, é importante deixar claro que, conforme esse princípio, as partes que participam da sessão de mediação devem ser igualmente capazes, não havendo vantagem uma sobre a outra (KAMEL, 2017).

A confidencialidade e o potencial colaborativo do encontro tornam mais acessível a comunicação e o diálogo, sempre priorizando a busca de interesses comuns. O mediador deve atuar como terceiro imparcial, facilitando a conversação e atuando de modo adequado, para que as partes descubram a melhor forma para encontrar a solução do impasse (TARTUCE, 2016).

Logo, o mediador deve ser imparcial e não proporcionar vantagem a nenhuma das partes. Ao atuar imparcialmente, o mediador faz com que o diálogo e a conversação entre os litigantes torne-se mais fácil e a busca da solução adequada mais simples.

Para Tartuce apud Cornelius (2017, texto digital), o mediador proporciona:

[...] a igualdade de oportunidade para que as partes manifestem-se no processo, sendo necessário para tanto, que ambas estejam de posse da totalidade das informações necessárias a uma decisão consciente. Em percebendo que uma das partes encontra-se em situação de hipossuficiência em face à outra, pelos mais diversos motivos, cabe ao conciliador ou mediador atuar de modo a equiparar tal situação, garantindo, assim, uma resolução justa e proveitosa para todos os envolvidos.

Para que não haja desequilíbrios, é importante promover a conversação sobre os pontos de interesses em comum, ao invés de enfrentar logo o mérito (TARTUCE, 2016).

Por fim, Tartuce (2016, p. 218) comenta o dever do terceiro facilitador do diálogo:

[...] compromisso com a imparcialidade, não deve atuar como advogado nem assessor técnico litigante mais fraco; contudo permanece seu dever de colaborar para que as pessoas, se assim desejarem, alcancem um acordo

efetivo e durável em bases razoáveis. Para tanto, deverá atuar de modo atento às finalidades da mediação e comprometido com a adoção de técnicas apropriadas para realizá-la.

Esse princípio é muito importante, pois está presente em toda sessão de mediação. É necessária a imparcialidade do mediador, para que não haja desequilíbrio entre as partes, sendo sua colaboração necessária para a condução da sessão, que poderá possibilitar a resolução do conflito em análise.

2.3.1.6 Princípio da busca do consenso, cooperação e não competitividade

Esse princípio tem base legal no art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.140/2015, pelo qual “a mediação será orientada pelos seguintes princípios: [...] VI – busca de consenso”.

Esse princípio busca mostrar o objetivo da mediação – não que seja obrigatório o consenso, mas sim revelar para as partes que estão presentes os objetivos e razões de sua presença (KAMEL, 2017). O mediador tem o papel de proporcionar condições para que as partes possam iniciar um diálogo e perceber os pontos a serem trabalhados (TARTUCE, 2016). Para a autora, o princípio da busca do consenso atua como facilitador do diálogo (TARTUCE, 2016).

Assim, a busca pelo consenso é um dos princípios da mediação, que busca o restabelecimento do diálogo, pois essa é verdadeira função da mediação. Se houver acordo, isso significa que as partes, além de restabelecerem a comunicação, descobriram a melhor maneira para resolver a questão discutida.

O princípio da cooperação atua na maneira como os mediandos trabalham, ao atuar de forma cooperativa, para que alcancem os melhores resultados (GUNTHER apud LIMA, 2017).

A competitividade é o sentimento de concorrer com outros, ao disputar algo que pertença ou interesse as partes litigantes. Na mediação procura-se a não competitividade, ou seja, um meio pacífico para resolução dos conflitos (WEIZENMANN, 2009).

Portanto, a mediação atua de maneira cooperativa para o alcance da solução do conflito, pois é muito mais fácil quando as partes se unem para procurar a melhor solução, do que continuarem agindo competitivamente.

2.3.1.7 Princípio da boa-fé

O princípio da boa-fé possui base legal na Lei da Mediação, em seu art. 2º, inciso VIII, em que “a mediação será orientada pelos seguintes princípios: [...] VIII – boa-fé”.

Segundo Rodrigues apud Cornelius (2017), esse princípio visa à prática de atos na mediação com lealdade e probidade. Afinal, se um dos mediandos não levar com seriedade a mediação, sua postura causará uma perda de tempo a todos os participantes da sessão (TARTUCE, 2016).

A boa-fé pode ser assim classificada:

Boa-fé subjetiva ‘consiste em uma situação psicológica, um estado de ânimo ou de espírito do agente que pratica determinado ato ou vivencia dada situação, sem ter ciência do vício que a inquina’. Por sua vez, a boa-fé objetiva ‘trata-se de uma norma de comportamento, de fundo ético, juridicamente exigível e independente de qualquer questionamento em torno da presença de boa ou de má intenção’ (GAGLIANO; VIANA apud TAKAHASHI et al., 2019, texto digital, grifo dos autores)

Ainda sobre a boa-fé, Takahashi et al. (2019, texto digital) mencionam:

[...] mediação e da conciliação, entende-se que não basta apenas a boa-fé subjetiva, cabendo zelar também pela boa-fé objetiva. A boa-fé objetiva refere-se a um parâmetro, a um standard de conduta. É tida, no campo processual, como uma das bases do processo cooperativo.

O princípio da boa-fé é muito utilizado no procedimento da mediação, a fim de que possa ser desenvolvida de forma eficaz, devendo as partes participarem de forma séria, leal e real para o desfecho do conflito. A autora aduz que, se as partes comparecerem na mediação com boa-fé, o mediador terá a possibilidade de aplicar as técnicas adequadas para que busquem a melhor forma para resolver os conflitos (TARTUCE, 2016).

Assim, pode-se concluir que a boa-fé é um dos princípios mais relevantes para a mediação, uma vez que, se os participantes agirem de má-fé, tudo o que for

explanado na sessão de mediação não terá valor. Por outro lado, se as partes agem de boa-fé, o mediador poderá realizar adequadamente seu trabalho, buscando a melhor forma para solucionar o conflito.

2.3.1.8 Princípio da confidencialidade

O princípio da confidencialidade tem base legal na Lei nº 13.140/2015, em seu art. 2º, inciso VIII, e no art. 1º, inciso I, do Anexo III, da Resolução nº 125/2010 do CNJ. Pelo primeiro, verifica-se que “a mediação será orientada pelos seguintes princípios: [...] VII – confidencialidade”, e pelo segundo, como segue:

Art. 1º - São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.

I - Confidencialidade - dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.

Esse princípio assegura que a mediação deve ser sigilosa, ou seja, tudo o que acontecer na sessão deve ficar entre o mediador e os envolvidos (SOUSA, 2018). Assim, o assunto desenvolvido durante a sessão de mediação deve ser protegido “a todos contra eventuais testemunhos em situações ou processos futuros; a segurança e a confiança para se abrir ao diálogo e ao pensamento só é possível com a certeza do sigilo” (SOUSA, 2018).

O art. 31 da Lei nº 13.140/2015 dispõe que a informação prestada na sessão de mediação é confidencial, não podendo o mediador revelá-la sem autorização de quem a expôs, relata Tartuce (2016).

Esse princípio é relevante, pois as partes, ao falarem reservadamente na sessão de mediação, expõem seus sentimentos e até mesmo falam de assuntos delicados (TARTUCE, 2016). Ainda, conforme Netto e Soares *apud* Cornelius (2017, texto digital) a mediação envolve “conflitos e relacionamento que vão além do processo, acabam por ser exteriorizados aspectos íntimos dos indivíduos, devendo ser garantido seu sigilo perante o terceiro mediador ou conciliador”.

A confidencialidade é de suma importância, pois permite aos envolvidos uma participação mais ativa no procedimento, assegurando-lhes que, aquilo que for dito na sessão, não poderá ser divulgado ou utilizado no processo posteriormente.

2.4 A abordagem no Código de Processo Civil sobre os meios de resolução de conflitos

É necessária a utilização de métodos alternativos para solução consensual de conflitos, descritos por Schmidt, Nys e Passos (2017, texto digital, grifo dos autores):

[...] mecanismos de resolução de conflitos que não somente aqueles estritamente 'tradicionais' do âmbito judiciário (sentença, meios coercitivos, etc) – logrou expresso reconhecimento no plano do direito positivo, especialmente com a aprovação da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, atinente à Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, e, mais recentemente, no âmbito das 'normas fundamentais' do Código de Processo Civil, cujo artigo 2º, §2º, dispõe que o 'Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos', prevendo ainda que 'a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial' (§3º do art. 2º).

O CPC de 2015 volta-se muito ao consenso, como se verifica no art. 694, pelo qual “[...] todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual de controvérsias”, ou seja, está se referindo a disponibilização de meios para que as partes cheguem a uma solução dos seus conflitos sem que terceiros deleguem a solução adequada (BARBOSA apud TARTUCE, 2016).

O CPC mudou a visão de comportamento dos litigantes, passando a adotar métodos e uma estrutura apta para resolver as controvérsias que chegam ao Poder Judiciário (CABRAL, 2017). Outra mudança advinda com o novo Código foi a regra da audiência de mediação ou conciliação como ato inicial, antes de oportunizar o contraditório (CABRAL, 2017).

Para Tartuce (2016), a voluntariedade é um fator significativo, pois se as partes não dialogarem, não haverá o porquê de se propor a sessão de mediação ou conciliação. A previsão para designar audiências após a petição inicial está consolidada no art. 334 do CPC:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Cabe ressaltar que “enquanto no procedimento comum será possível a dispensa de audiência, no procedimento especial das ações de família não haverá essa possibilidade” (TARTUCE, 2016, p. 336).

A oposição de ambas as partes para a realização da audiência preliminar é algo fundamental a ser considerado, uma vez que de nada irá adiantar realizar-se o ato se as partes não dialogarem ou não tiverem interesse na autocomposição. A inadmissão da composição ocorre quando o caso não a admite ou a autocomposição não for adequada para a situação analisada (TARTUCE, 2016), com base no Enunciado 639 do Fórum Permanente de Processualistas Civis, pelo qual “o juiz poderá, excepcionalmente, dispensar a audiência de mediação ou conciliação nas ações de família, quando uma das partes estiver amparada por medida protetiva” (VIANA JÚNIOR, 2017, texto digital).

Em casos de não comparecimento injustificado pela parte à audiência designada, o art. 334, § 8º do CPC prevê multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, como segue:

Art. 334. [...]

[...]

§ 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Diante da dificuldade em construir uma justiça que visa a uma solução consensual, construída pelas partes, o art. 696 do CPC destaca que poderá ser designada mais de uma sessão de mediação ou conciliação, para que as partes busquem a solução consensual do seu litígio (TARTUCE, 2016) e para que os meios de solução de conflitos funcionem de forma harmônica. Sobre isso, a autora aduz:

Espera-se que as pessoas estejam prontas para ser protagonistas de seus destinos e consigam reconhecer a valiosa oportunidade de construção conjunta viabilizada pela mediação. Para tanto, será importante que se permitam participar de ulteriores sessões, sendo primordial que seus advogados contribuam em seu convencimento, destacando as vantagens da solução consensual em relação a fatores como tempo, satisfação e cumprimento espontâneo dos pactos (TARTUCE, 2016, p. 338).

Portanto, verifica-se que os meios alternativos de resolução de controvérsias permitem a celeridade processual, a desburocratização e o restabelecimento do diálogo entre as partes, promovendo uma harmonização entre os litigantes (PROCHNOW, 2016). Assim, a vinda do novo CPC/2015 trouxe maior amplitude na sua aplicação no que se refere ao direito de família (PROCHNOW, 2016).

Assim, como visto anteriormente na Teoria de Múltiplas Portas, cabe destacar que, para cada litígio, haverá uma porta para uma possível solução, que poderá ser a conciliação, mediação, constelação familiar ou qualquer outro método adequado de solução de conflitos.

Desse modo, verifica-se que tanto as primeiras previsões de soluções de conflitos como a vinda dos ordenamentos jurídicos (Resolução nº 125/2010 do CNJ, Lei nº 13.140/2015 e o CPC de 2015) foram essenciais para inovar os meios utilizados pelo Judiciário, a fim de combater as controvérsias.

Essas análises foram essenciais, para se conceituar um panorama geral da solução consensual de conflitos e toda sua trajetória, a fim de proporcionar uma compreensão prévia, possibilitando o entendimento desses meios de solução consensual de litígios, que vieram antes da constelação familiar e são interligados à prática sistêmica, a fim de possibilitar que as partes encontrem a melhor solução para sua controvérsia.

Assim, passa-se agora a uma melhor compreensão de um instituto específico para a resolução de conflitos, denominado constelação familiar.

3 A TRAJETÓRIA DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR

Neste capítulo será abordada a conceituação, história e trajetória da constelação familiar no Brasil e no Rio Grande do Sul. Após, discorrer-se-á acerca do seu funcionamento e as breves considerações sobre o campo morfogenético, as ordens do amor, os movimentos da alma e cura e, por fim, será realizada uma breve abordagem sobre os objetivos e características do direito sistêmico.

3.1 A conceituação, história e origem da prática sistêmica

O início da história de Bert Hellinger é relatado por Hellinger apud Céspedes (2017, p. 11-12):

[...] na Alemanha em 1925 teve imunidade assegurada contra o discurso nacionalsocialista graças à religiosidade e a fé praticada pela família. Em contrapartida, isto não o salvou da classificação de “Inimigo Presumido do Povo” pela Gestapo, tampouco da convocação ao serviço militar. Dessa forma, Hellinger tornou-se soldado aos 17 anos, enfrentou a guerra, a derrota e o confinamento em um campo de prisioneiros na Bélgica. Liberto, aos 20 anos de idade, Hellinger ingressou numa ordem católica onde se entregou aos estudos e à prática do silêncio, da contemplação e da meditação. Posteriormente, atuou como missionário na África do Sul com os Zulus, no período da segregação racial, apartheid. Esse trabalho durou dezesseis anos e lhe permitiu aprender a língua Zulu o suficiente para, além de pregar a fé católica, dirigir e lecionar numa grande escola.

Hellinger tornou-se psicanalista e desenvolveu a abordagem da constelação familiar, por meio de experiências com dinâmicas em grupo, terapia primal, análise transacional e hipnoses terapêuticas. Cabe esclarecer que a constelação familiar

iniciou na década de 70, mais precisamente em 1978. O psicanalista alemão faleceu em 19 de setembro de 2019, deixando como legado o instituto Hellinger Schule, que está sendo administrado por sua esposa, Sophie Hellinger (CONSTELAÇÃO FAMILIAR HELLINGER, [201-]).

A constelação familiar teve início no campo terapêutico, com o desenvolvimento de técnicas abordadas pelo filósofo e psicoterapeuta Bert Hellinger, no entanto ele não criou esse procedimento, apenas o desenvolveu (CÉSPEDES, 2017).

A constelação familiar é um método que acontece dentro de um grupo sob supervisão de uma pessoa, e será útil quando houver uma necessidade de uma ação e decisão imediatas (CONSTELAÇÃO FAMILIAR HELLINGER, [201-]). Para Marino (2008), esse método pode ser conhecido como abordagem sistêmica fenomenológica.

Braherme (2018, texto digital) explica que a teoria da constelação familiar surgiu “a partir da leitura e conjugação de várias outras teorias de ramos distintos, como a filosofia e a psicologia, e tinha seu objetivo principal voltado para o saneamento de conflitos familiares”.

O referido método desenvolveu-se a partir de Hellinger e sua observação de comportamentos realizados em famílias, empresas e organizações, buscando encontrar maneiras de resolução de conflitos (BARRETO, 2018). Ainda, o trabalho “[...] foi baseado na terapia contextual do médico-psiquiatra Ivan Boszormenyi-Nagy” (BARRETO, 2018, p. 19).

Schneider (2007, p. 09) menciona as observações de Hellinger:

Nas constelações familiares, praticadas em grupo ou na terapia individual diversos elementos da psicoterapia se desenvolvem e convergem num instrumental representativo, capaz de trazer à luz os processos anímicos, vivenciá-los e reduzi-los ao núcleo essencial que permite soluções. Ao mesmo tempo, esse instrumental leva a profundas experiências e descobertas humanas, que apontam para amplos domínios coletivos e espirituais, ultrapassando as fronteiras, por vezes estreitas, da psicoterapia.

A técnica da constelação soluciona conflitos por meio da consciência de um sistema e, com isso, opera em áreas de relacionamentos entre pessoas e organizações (BARRETO, 2018).

A constelação familiar também trabalha com a consciência do valor do outro, ou seja, através do contato com o que está ocorrendo dentro de uma família, demonstrando o que está causando o problema e mostrando um caminho sem interferências, buscando a solução ao litígio, sem julgamento de ancestrais, e sim, conscientizando e demonstrando que, se isso aconteceu, foi porque daquela forma deveria ter ocorrido naquele momento (BARRETO, 2018).

Importa destacar a expansão desse método, conforme Hausner (2010, p. 17):

[...] no decurso dos últimos quinze anos, em muitas áreas profissionais. Ao lado da adoção desse método em organizações e escolas, as constelações sistêmicas com doentes ampliam as possibilidades de uma ação salutar no domínio da medicina. A consideração de envolvimento sistêmicos transgeracionais e de conexões dinâmicas familiares projeta uma nova luz a saúde e a doença, e as luzes obtidas em constelações de doenças e sintomas possibilitam um enfoque mais integral da pessoa doente.

Após essa conceituação e análise sobre as origens e história da constelação familiar, passa-se ao estudo da sua origem no Brasil.

3.1.1 Surgimento da constelação familiar no Brasil e no Rio Grande do Sul

A constelação familiar impulsiona o Poder Judiciário brasileiro rumo a uma visão de direito sistêmica. Por meio do juiz Sami Storch, essa técnica foi introduzida no Brasil para auxiliar na resolução de conflitos familiares (CÉSPEDES, 2017).

Após seu ingresso na magistratura em 2006, na comarca de Castro Alves, na Bahia, e diante da precariedade do Judiciário e do grande número de demandas, o juiz passou a utilizar a técnica sistêmica para a resolução de conflitos que chegavam às suas mãos, a fim de alcançar a melhor solução para cada caso (CÉSPEDES, 2017).

Gradativamente, o magistrado iniciou a adoção da visão sistêmica em suas audiências, sendo que atualmente ampliou sua forma de aplicação, realizando verdadeiros workshops, nos quais são aplicados o direito sistêmico, as ordens do amor e as técnicas fenomenológicas nas litigâncias judiciais (SCHMIDT; NYS; PASSOS, 2017).

O trabalho de Storch foi primordial, pois serviu de porta de entrada para que outros juízes e operadores do direito passassem a utilizar a constelação familiar como forma de solucionar conflitos nas demandas judiciais:

[...] pelo menos onze Estados da Federação e o Distrito Federal utilizavam a dinâmica das Constelações Familiares visando à solução de conflitos na Justiça brasileira. Atualmente, a perspectiva é de que esse número tenha aumentado, dada a proporção que a aplicação das constelações familiares vem tomando no Judiciário como um todo. À vista do trabalho que vem sendo realizado na Justiça brasileira, a importância da temática vem sendo reconhecida e abordada, especialmente sob o viés interdisciplinar, em cursos dos mais diversos matizes, como, por exemplo, pós-graduações, cursos de extensão, formações específicas na área jurídica, etc. (SCHMIDT; NYS; PASSOS, 2017, texto digital).

No Rio Grande do Sul, o TJ-RS possui o Projeto Justiça Sistêmica, o qual proporciona a aplicação da constelação familiar, desenvolvida na Comarca de Capão da Canoa/RS (PROCHNOW, 2016).

O projeto do Tribunal gaúcho, implementado na Comarca de Capão da Canoa e após na de Parobé, visa a proporcionar a celeridade e eficácia dos inúmeros litígios encaminhados ao Judiciário, a partir da utilização de novos métodos de solução de conflitos, possibilitando a humanização da justiça, a partir da concretização do papel social do Judiciário e do juiz (SCHMIDT; NYS; PASSOS, 2017).

O projeto foi iniciado pela juíza Lizandra dos Passos, que na época atuava na Vara Integrada de Terra de Areia. Esse projeto teve auxílio de psicólogos, como Cristiane Pan Nys, Candice Schmidt e Bauer Rodrigues, capacitados na área das constelações familiares (PROCHNOW, 2016).

O projeto passou a ser executado em processos da 2ª Vara Cível da Comarca de Capão da Canoa, mais especificadamente naqueles envolvendo conflitos familiares sem solução. Para isso, após a seleção de alguns processos, são escolhidas as lides de longa tramitação e os processos de recente ajuizamento (PROCHNOW, 2016). Esse projeto passou a atuar em demandas em que não foi realizada audiência de conciliação, a fim de proporcionar melhores resultados (PROCHNOW, 2016).

Schmidt, Nys e Passos (2017, texto digital) expõem que a constelação familiar proporciona diversos resultados positivos, como “[...] a) conciliação efetivadas; b) não

reincidência em atos infracionais; c) desacolhimentos de crianças e adolescentes; d) ausência de novos acolhimentos envolvendo o mesmo grupo familiar; e) pesquisa de satisfação”.

Assim, a partir de agora esmiuçar-se-á o funcionamento dessa técnica, para que se possa ter ideia mais ampla de como a prática sistêmica atua.

3.2 Funcionamento da constelação familiar e breves considerações sobre o campo morfogênético

A constelação familiar consiste em um método psicoterapêutico, que busca encontrar soluções e informações por meio do estudo fenomenológico e pelo sistema de cada cliente/constelado. Trata-se de uma terapia em grupo, pois envolve o sujeito em relação à sua família, podendo ser realizado de forma individual (SOUSA, 2018).

Ainda, a constelação familiar consiste em um método sistêmico, que atua visualizando o cliente individualmente, desde o princípio, junto com as pessoas das suas relações familiares, proporcionando um sistema de relações em ação (SCHNEIDER, 2007).

Em relação a isso, Barreto (2018, p. 23) afirma que “não se faz uma constelação, ela se realiza por si mesma. O facilitador a conduz e por meio dos movimentos e das palavras de cura que surgem durante a dinâmica, podem ajudar na reconciliação da situação apresentada naquele momento”.

Segundo Hellinger e Hövel apud Cornelius (2017), a constelação familiar é um método psicoterapêutico que busca a solução, por meio de informações, de acordo com a observação sistêmico-fenomenológica de cada participante. É uma terapia em grupo em que são analisadas dinâmicas escondidas, que envolvem o constelado em seus vínculos afetivos, tanto em suas relações familiares como também nas de amizade e de trabalho, tudo com o propósito de reequilibrar aquele sistema disfuncional.

A constelação familiar consiste em uma terapia que não possui restrições, no entanto só é recomendável quando o constelado está disposto a enxergar a verdade da sua própria vida, sem julgamentos ou sem curiosidade em saber da vida alheia, ou

seja, tem que estar preparado para olhar somente para si, disposto a ver a verdade com consciência (BARRETO, 2018).

Assim, a constelação inicia quando a pessoa toma a decisão em constelar, e seu término não ocorre após o facilitador encerrar a solenidade, ela continua, e por esse motivo torna-se importante um intervalo entre as constelações, a fim de que tudo ocorra no seu devido momento (BARRETO, 2018).

Segundo Cornelius (2017, texto digital), o início da constelação ocorre da seguinte forma:

[...] com o terapeuta, aqui chamado facilitador, pedindo ao cliente que explique brevemente aquilo que deseja constelar, sempre tendo cuidado para que não sejam repassadas mais informações que o suficiente, de modo a não permitir que o constelado permaneça enredado naquele conflito.

O constelador ou facilitador pode ser qualquer pessoa e será um “facilitador formado e capacitado em constelação familiar” (CÉSPEDES, 2017, p. 20), podendo ser judicial ou extrajudicial.

O facilitador ou constelador, segundo Barreto (2018), atua para acessar a história do constelado, sendo que a sessão de constelação acontece por si só, ele apenas conduz os movimentos, as palavras, as frases e informações que chegam durante o procedimento.

A constelação ocorre dentro do campo morfogenético, descoberto pelo cientista inglês Rupert Sheldrake e significa “[...] campos de forma, padrões e ordens estruturadas” (BARRETO, 2018, p. 31).

Carvalho (2012, texto digital, grifo da autora) explica quando esse campo ocorre:

O representante, enquanto está neste campo quântico que atua, comporta-se e sente-se como alguém da família que pertence a esse campo de força. Isso existe também em outros contextos. Rupert Sheldrake chama este campo de ‘Campos Morfogenéticos’. Deste campo de força irão emergir os conhecimentos de que necessita para uma solução e que são trazidos nos movimentos das constelações familiares. Virá à tona o que de fato é essencial.

Esse campo vem de um hábito e, por meio desses hábitos vai estruturando-se – portanto, no campo estão presentes todas as informações necessárias que aconteceram e que irão acontecer (BARRETO, 2018).

Para Cornelli (2017), na constelação familiar a transferência de informações ocorre sem comunicação direta, mas sim por meio de experiências corporais realizadas pelos representantes durante a terapia, mesmo que tenham pouca ou nenhuma informação acerca daquela história, ou seja, daquele sistema familiar. No entanto, os participantes sentem e percebem acontecimentos estranhos do próprio constelado, os quais são confirmados, demonstrando o acesso ao campo morfológico do facilitado.

Para constelar basta ter apenas um representante da família que esteja conectado com o problema, sendo que nas sessões são constelados assuntos ligados à pessoa (BARRETO, 2018), possibilitando a visualização das influências passadas de geração em geração (PROCHNOW, 2016).

Posteriormente é realizada a escolha, de preferência pelo cliente, de uma pessoa para representá-lo e a seus familiares, sendo que suas posições são impostas da maneira mais confortável ao constelado (CORNELIUS, 2017).

Em relação a isso, Barreto (2018, p. 26) destaca:

[...] todos que assistem uma constelação, as histórias apresentadas pelos constelados, de alguma forma, estão ligadas com as histórias de vida de seus familiares, não estão por acaso presenciando uma constelação, também estão recebendo e transmitindo para seus familiares uma cura vinda de outros sistemas familiares através de suas histórias.

Ainda, segundo Helliger e Hövel (2007, p. 12) “o que é curioso nessas constelações é que as pessoas escolhidas para representar os membros da família se sentem como pessoas reais, tão logo se encontrem na constelação”. Ao colocar pessoas estranhas para representar seus familiares, sem instruções das relações recíprocas, os clientes começam a vivenciar sentimentos e comportam de maneira semelhantes (SCHNEIDER, 2007).

Por fim, Cornelli (2017, texto digital) afirma que, após a representação do sistema, cabe ao facilitador questionar os representantes:

[...] acerca das suas sensações e percepções, assim como propor uma reverência ou dizeres, buscando corroborar ou negar as hipóteses que vai criando ao longo do procedimento e incentivar um movimento da alma em busca da libertação e solução dos emaranhados ali presentes. A partir dessas hipóteses, pode ainda acrescentar ao sistema representantes de pessoas aparentemente importantes, ou mesmo fazer com que sejam representados sentimentos, vícios e manias. Muitas vezes o facilitador poderá optar por não divulgar já de início aos presentes aquela(e) ou aquilo que estão representando, fornecendo tal informação apenas para o facilitado, ou mesmo trocar algum representante caso perceba influências pessoais agindo sobre ele.

Portanto, pode-se concluir que a constelação familiar não é encoberta pelas palavras, mas pode vibrar na alma do indivíduo, sob forma de imagens. Contudo às vezes os constelados não percebem de maneira clara as imagens, sendo necessária a intervenção do terapeuta (SCHNEIDER, 2007).

Segundo Schneider (2007), esse trabalho tem o difícil papel de comportar múltiplos significados, dando ao cliente a liberdade para permanecer amplamente aberto para constelar e, depois da constelação, ver a solução para o problema, encontrando por si mesmo a verdade em relação ao modo de agir diante de alguns problemas. Assim, “a grande utilidade das constelações nesse particular é que, com a ajuda dos representantes, elas reproduzem com muita precisão a dinâmica do casal, permitindo evitar discussões e encarar a situação em comum” (SCHNEIDER, 2007, p. 52).

Ao final, a constelação baseia-se em permitir e aceitar o que acontece na sessão, com respeito e sem segundas intenções, pois do contrário perderia a força, o equilíbrio, a confiança e a conexão com a alma, conclui Barreto (2018).

3.2.1 Tipos de constelação

As constelações familiares podem ser divididas em individual e em grupo, sendo que a maioria delas ocorre em grupos, com pessoas que não se conhecem. A pessoa que será constelada poderá escolher, dentre os participantes da sessão, quem melhor representa seus familiares, a fim de compor seu sistema familiar (DUARTE apud PITUCO, 2018).

Sobre isso, Hausner (2010, p. 25, grifo do autor) comenta:

O modo mais efetivo de realiza-la é em seminários de vários dias, onde cada participante tem a possibilidade de escolher, entre as pessoas do grupo,

representantes para si e para membros de sua família. O paciente 'constela' esses representantes em suas relações recíprocas, de acordo com a imagem interior que ele faz dos seus membros de sua família. O fenômeno surpreendente, e até agora inexplicável, é que os representantes, uma vez posicionados pelo paciente devidamente centrado, são tomados por um movimento e imediatamente passam a sentir-se como as pessoas reais que representam, manifestando sentimentos delas e por vezes exibindo sintomas físicos semelhantes, quer estejam representando pessoas vivas ou falecidas.

A constelação também pode ser realizada de forma individual para determinados casos, quando são utilizadas figuras ou marcas no solo para representar as pessoas (HAUSNER, 2010).

Para Barreto (2018, p. 29), nas constelações individuais podem ser utilizados bonecos ou âncoras (papel, almofadas, tecidos, etc.) como representantes, e complementa que “na individual, a pessoa sente na sua alma os movimentos ela se apropria da sua história e então permite a conexão com o campo. Os bonecos fazem os movimentos necessários para restabelecer a paz e equilíbrio e desta forma a energia pode voltar a fluir”.

Por fim, cabe destacar que a constelação familiar é um método que pode ser utilizado para dirimir lides, de forma judicial ou extrajudicial, esclarece Ramos (2019).

Após a abordagem quanto aos tipos de constelação, passa-se agora ao estudo dos princípios da constelação familiar, quais sejam as ordens do amor.

3.3 As ordens do amor

Na constelação familiar, as ordens do amor são de extrema importância, pois nessas sessões é possível perceber o seu influxo, permitindo a condução por meio dessas orientações, diante da complexidade da vida racional (SCHNEIDER, 2007).

Ao compreender as constelações familiares, Hellinger identificou três ordens do amor que regem e implicam os membros da família: o pertencer a um sistema, estabelecer o equilíbrio entre o dar e receber e a hierarquia dos membros do campo constelado (CORNELIUS, 2017).

Hellinger e Hövel (2007, p. 77) consideram a restauração dessa ordem:

[...] um sentimento de alívio, de paz, de possibilidades de fazer algo em conjunto. Esse é significado da frase simples: “Tudo ficará em ordem”.

Repentinamente, tem-se uma sensação de alívio. Essas ordens são descobertas, não imposta. Eu as encontro através das constelações familiares.

Diante dos estudos de Hellinger, pode-se observar que, na constelação familiar, forças ocultas vão ordenando o reequilíbrio, a ordem, a inclusão e a compensação (CÉSPEDES, 2017). Para Hellinger e Hövel (2007), o objetivo da constelação familiar é corrigir o que estiver fora da ordem.

Sobre as constelações, Schneider (2007, p. 12, grifo do autor) aduz:

[...] permitem o que a sabedoria proporciona, a saber associar as situações, que sempre são individuais e únicas, a “regras” gerais da alma. Desta maneira, o particular e o geral podem colaborar no cliente e em seu sistema de relações, no sentido de um processo esclarecedor e ordenador. Então vivenciamos a ordem, embora ela exija algo de nós, como algo libertador e criativo, que pode tirar nossa vida do círculo vicioso de esforço inúteis e malsucedidos.

As ordens do amor são o equilíbrio do sistema familiar e, a partir delas, por meio da constelação familiar, os participantes descobrem que não existem culpados ou inocentes na relação de conflito, e sim corresponsáveis por aquilo que ocorreu no sistema. Assim, a constelação surge como uma nova forma de se pensar as relações familiares (PROCHNOW, 2016).

Por fim, Hellinger apud Céspedes (2017, p. 13) menciona que os princípios da constelação familiar são necessidades, pois:

[...] submetem o indivíduo a forças que desafiam seus desejos e ânsias pessoais, controlando, exigindo obediência e coagindo. Operando, então, como leis que limitam as vontades e expressões individuais, mas também tornam possíveis os relacionamentos íntimos com outras pessoas.

Portanto, as ordens do amor são os pilares da constelação familiar, pois permitem uma nova forma de se pensar as relações familiares.

A seguir, passar-se-á à análise de cada um desses princípios.

3.3.1 A necessidade do pertencimento

O sentimento de pertencimento é ocasionado pelo vínculo, seja ele de sangue ou laços de destino (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016). Hellinger e Hövel (2007, p. 77) mencionam que o direito de pertencer é a ordem básica, ou seja, “aqueles que

pertencem a um sistema têm o direito de pertencer a esse sistema e têm o mesmo direito que todos os outros”.

A necessidade de pertencimento também pode ser conceituada como “[...] quem pertence, pertence. Quem não pertence, não pertence. E o que quer que venha depois desse ponto final não desfaz o vínculo” (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016, texto digital).

Schneider (2007, p. 28) explica o momento em que isso ocorre:

[...] quando fazemos algo que nos permite pertencer a ele, junto com os demais membros e ser acolhidos e respeitados por eles como seus iguais. Temos má consciência quando nos comportamos de tal forma que somos excluídos ou mesmo proscritos, perdemos ou corremos o risco de perder a proximidade e a segurança do grupo.

A ordem do pertencimento, quando ameaçada, trará o sentimento de exclusão e alienação, sendo que a inclusão será sentida por meio da inocência, sem ameaça naquele sistema (HELLINGER; WEBER; BEAUMONT apud CORNELIUS, 2017).

Quando há a exclusão de um membro da família, cria-se um emaranhamento, em que o descendente passa a reviver o destino de seu antecedente, inconscientemente (HELLINGER; HÖVEL apud CORNELIUS, 2017).

O direito do pertencimento ocorre quando os integrantes da família têm a consciência de que pertencem àquela coletividade, isto é, todos devem ser respeitados e deve ser preservada a sua individualidade, a fim de que o grupo mantenha a sua harmonização (BRAHERME, 2018).

Portanto, para que exista o reequilíbrio dessa lei, é necessário o respeito e o reconhecimento interior do pertencimento do familiar alienado, a fim de restabelecer a paz na família. Para Cornelius (2017), com a inclusão do membro excluído, além de essa pessoa finalmente encontrar o seu lugar, descobrirá a felicidade.

3.3.2 Lei da hierarquia ou da ordem

Segundo Oliveira Júnior e Oliveira (2016), a ordem é imposta pela hierarquia familiar, composta pela ordem de chegada na família, mediante a sequência cronológica desse sistema (HELLINGER apud CORNELIUS, 2017).

Para Schneider (2007, p. 28) a ordem será realizada:

[...] nos sistemas de relações, portanto à hierarquia ou à posição que assumimos e à convivência confiável, temos uma boa consciência quando nos atemos às regras e normas vigentes e somos “conscientes”, e temos má consciência quando nós opomos às hierarquias, ordens, verdades, tabus e regras e, por isso, temos se castigados.

Portanto, a hierarquia funciona da seguinte maneira: os pais têm precedência sobre os filhos, ou seja, quem vem antes merece ser respeitado (CORNELIUS, 2017).

Sobre isso, Hellinger e Hövel (2007, p. 79) mencionam:

Os pais precisam exigir dos filhos o primeiro lugar. Assim os filhos sentem que tudo está em ordem. Quando os pais tentam se igualar aos filhos, através da camaradagem, por exemplo, ou não fazendo valer sua superioridade e precedência, isso pode ter efeitos negativos sobre os filhos. Eles se sentem inseguros e sem liberdade.

Cabe esclarecer que não se trata de uma hierarquia militar, em que há obediência total às ordens superiores, mas sim aquela em que há precedência e respeito, obtendo-se a obediência automática (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016).

Logo, a hierarquia vem como um sistema de ordem cronológica, atuando dentro de um mesmo conjunto, em que o sistema novo precede o antigo, e na sucessão, a família atual tem preferência sob a anterior, sendo que se a ordem não for seguida, o sistema entra em desequilíbrio (HELLINGER apud CORNELIUS, 2017).

3.3.3 A lei do equilíbrio ou compensação

Essa lei relaciona-se ao dar e receber, pois nas relações é facilmente percebida, uma vez que, aquele que recebe algo, necessita retribuir com alguma coisa de volta, cabendo destacar que isso ocorre somente entre iguais, onde não há hierarquia, como por exemplo em reações de amigos ou casais (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016).

O desrespeito ao equilíbrio pode ocorrer por causa de rompimentos amorosos, quando um dos cônjuges sente-se superior ao outro (SCHMIDT; NYS; PASSOS, 2017).

Cabe ressaltar que de nada adianta ser feita uma compensação negativa, isto é, se ocorrer o equilíbrio do dar e receber em forma de coisas ruins. É necessário que o equilíbrio ocorra entre as coisas boas e construtivas, pois do contrário a infelicidade perpetua-se e o amor acaba (HELLINGER; WEBER; BEAUMONT *apud* CORNELIUS, 2017).

Schneider (2007, p. 28) define essa compensação:

[...] equilíbrio nos grupos com respeito à justiça, ao balanço entre o dar e o receber e à percepção dos direitos e deveres, temos uma boa consciência quando, por ter dado, adquirimos o direito de receber algo e quando contribuimos para aplinar desequilíbrios e possibilitar uma justa convivência. Temos má consciência quando, por ter recebido, estamos, por nossa vez, obrigados a dar e quando ocasionamos desequilíbrios e injustiças que ameaçam a coesão e a paz do grupo.

Cornelius (2017, texto digital) define o equilíbrio entre o dar e o receber:

[...] possibilita aos humanos conviverem em grupos, é o que permite a vida em sociedade. Ademais, as Constelações Familiares não possuem por si só o poder de 'fazer' justiça, podem, contudo, indicar a melhor forma de compensação naquele caso concreto.

Portanto, as três ordens mencionadas – pertencimento, hierarquia e equilíbrio – auxiliam as constelações familiares a buscar as soluções para os desequilíbrios interpessoais, além de promoverem a visibilidade dos vínculos familiares, por meio do campo morfobiológico. Ainda, após descobrirem a verdade sobre o sistema familiar constelado, as constelações promovem a paz dos representantes, bem como permitem a visualização de uma solução consensual e autocompositiva (SCHMIDT; NYS; PASSOS, 2017).

Por fim, após a análise das ordens do amor, as quais foram esmiuçadas e apreciadas, pode-se perceber que elas são fundamentais para a técnica sistêmica, pois ordenam e orientam os constelados na busca da solução consensual para o litígio.

Assim, no primeiro capítulo foram mencionados os princípios da mediação, os quais são de suma importância para a constelação, uma vez que essa técnica requer do constelador uma atuação imparcial, no sentido de auxiliar na resolução da controvérsia. Os constelados, agindo com boa-fé e sem que haja uma regra fixa quanto ao procedimento, sentem-se livres e empoderados para decidir sobre o caso,

diante do cenário que advém da constelação. Trata-se de uma técnica bastante diferente das tradicionais e que vem causando bons resultados.

3.4 Os movimentos da alma e a cura

Nas constelações familiares, a alma é vivenciada sob uma perspectiva sistêmica, considerada por Schneider (2007, p. 26, grifo do autor) como:

[...] força invisível que congrega num todo experiências parciais, de forma que o todo é mais do que a soma de suas partes e de suas funções. Ela não se identifica com nossa consciência, pois também inclui o inconsciente. Não se identifica com os processos fisiológicos e físicos em nosso corpo e em nosso cérebro, por mais que esteja indissoluvelmente ligada a eles. Não se identifica com o nosso sentimento, embora ele seja a sua forma de expressão sensível. Ela não é um 'núcleo' ou 'substância' de um todo; é antes um espaço que envolve uma totalidade viva é um "campo" que, abrangendo espaço e tempo, une e confere identidade a tudo o que constitui uma pessoa ou um grupo.

Os movimentos da alma são espontâneos, com os quais surgem informações que trazem conhecimentos profundos, fazendo com que se compreenda o sistema profundamente, sob a ótica das ordens do amor, trazendo a consciência de vínculos familiares que antes não eram compreendidos ou considerados (BASSOI, 2016).

O processo dos movimentos das almas é diferente das constelações clássicas, como fundamenta Schneider (2007, p. 77, grifo do autor):

A partir das constelações 'clássicas', que acentuam a intervenção configuradora e ordenadora do terapeuta e dão preferência à expressão verbal da dinâmica sentida, desenvolveu-se o processo, amplamente não-verbal, dos 'movimentos da alma', que não é dirigido pelo terapeuta com vista a uma solução e aprofundou de modo impressionante muitas constelações. Não obstante, as declarações verbais e as mudanças de posições dos representantes pelo terapeuta no modelo clássico também expressam movimentos da alma, e os processos de livre movimentação e de contenção na expressão verbal já estavam presentes desde o início do trabalho com as constelações.

Esses movimentos da alma permitem aos participantes moverem-se livremente dentro do campo da constelação familiar, pois são movimentos não verbais e que não são orientados pelo terapeuta diretamente, possibilitando um aprofundamento na prática das constelações (SOUSA, 2018).

Ainda, esses movimentos são um processo natural, conforme entende Nelles (2017, texto digital):

[...] uma espécie de ritmo, como as marés. Mas para muitas pessoas este movimento está limitado, com alguns está quase completamente congelado. Experimentamos este torpor como um sentimento de estar separado, como isolamento e solidão. A razão desta contracção e torpor da alma é sempre algum evento traumático, seja sistêmico ou pessoal. Na terapia tentamos aliviar este torpor, a fim de permitir que a alma se expanda, pois o movimento natural da alma é o de se abrir a espaços cada vez mais amplos.

No desenvolvimento das constelações familiares são configuradas várias facetas, que contribuem para que a prática sistêmica seja um horizonte de acontecimentos, com o livre movimento dos representantes, sempre respeitando as novas ordens e soluções, bem como a necessidade e a situação da vida do constelado. Casualmente, são solicitadas algumas informações ou apenas uma, durante a prática sistêmica ou após a sessão, sendo que a maioria ocorre sem palavras. Os movimentos corporais que os representantes realizam já demonstram ao constelado uma clareza, tornando as intervenções e interpretações do terapeuta reduzidas (SCHNEIDER, 2007).

A constelação familiar consiste em um processo dialógico entre pessoas comuns, onde o terapeuta, quando achar necessário, poderá interferir, buscando um entendimento mais claro e conciso dos movimentos da alma, a fim de obter as respostas necessárias para que a constelação siga em direção às ordens do amor (SOUSA, 2018).

Assim, os movimentos da alma são de extrema importância para o desenvolvimento da constelação familiar, pois é por meio deles que os participantes buscam as respostas necessárias para enfrentar o problema e encontrar a melhor solução para caso em análise.

Portanto, através dos movimentos da alma, pode-se alcançar a cura, a qual passa-se a análise. Segundo Bassoli (2016), a constelação serve como cura das almas antepassadas e das feridas emocionais do constelado, ou seja, é um efeito dominó, acarretando a cura aos demais membros do sistema familiar, atingindo as gerações futuras.

A prática da constelação familiar é eventualmente utilizada no contexto da psicoterapia, tendo como objetivo curar e, conforme Schneider (2007, p. 13), buscar:

[...] dissolução de distúrbios da personalidade e de doenças anímicas, psicossomáticas, traumáticas e psiquiátricas, definidas segundo

determinados critérios. Ela acompanha o cliente ou paciente pelo tempo necessário até que o sintoma desapareça e que advenham melhoras, a cura ou até que o cliente não possa mais ser ajudado por vias psicoterapêuticas. Tudo isso pode acontecer nas constelações familiares com um efeito colateral, de acordo com a formação anterior e a habilitação legal do terapeuta. Nada disso, porém, é o seu objetivo imediato.

A solução é encontrada quando todos os membros ficam satisfeitos e tranquilos, cada um encontrando seu devido lugar (HELLINGER; HÖVEL apud CORNELIUS, 2017).

Segundo Bassoi (2016, texto digital), as constelações servem como instrumento:

[...] não só mostram para o cliente onde aquele determinado nó teve início, como mostra que não podemos absolutamente julgar ninguém, muito menos aqueles que tiveram destinos pesados. E isso cura a alma do cliente quando ele entende que por um amor cego, inconsciente, por uma lealdade invisível, a alma dele resolveu assumir algumas dificuldades que eram de alguém que foi excluído do seu sistema familiar tendo causado um desequilíbrio e uma grande dor na alma da família; portanto, por uma causa maior, para que se restabeleça o equilíbrio rompido, a alma dele (cliente) se entregou em sacrifício.

Portanto, a cura serve para abrir os horizontes do constelado para que enxergue o problema por que está passando e descubra uma forma para aliviar aquele sofrimento, ou até mesmo encontre uma maneira para solucioná-lo, pois a constelação tem como objetivo demonstrar ao cliente a origem daquele problema, sem julgamentos.

A constelação familiar busca trazer, conforme Schneider (2007, p. 13), “[...] luz à conexão entre um destino e seus efeitos. Elas ajudam a “ver” a realidade de uma vida e, se possível, a preenchê-la com amor, sem influenciar o cliente quanto a forma de aplicar isso em sua vida”.

Para Bassoi (2016), ela permite a transformação do cliente, a fim de que possa visualizar o sistema rearranjado e, ao final, coloque-se no lugar do seu representante. Portanto, a constelação familiar, conforme Schneider (2007, p. 14) “faz bem a quem ajuda”.

Dito isso, é importante esclarecer que a constelação familiar tem por objetivo fazer com o que o constelado veja o problema de uma maneira diferente daquela que via antes, permitindo que encontre a melhor solução para se curar e ajudar a resolver

aquele conflito, sempre com respeito à sua história e o aquilo que já enfrentou na sua vida.

Nesse momento, passa-se à análise dos objetivos e características das constelações familiares.

3.5 Objetivos e características do direito sistêmico

Conforme Hellinger (2001, texto digital), a constelação familiar é um procedimento terapêutico que “de forma simples, traz à luz envolvimento e mostra soluções. Aplica-se em retomada do movimento amoroso para a mãe ou o pai, possibilitando a cura ou o enfraquecimento de medos e danos sofridos por uma separação ou perda dos pais”.

Além disso, o método da constelação familiar consiste em uma prática de como as relações humanas podem se tornar mais leves e, principalmente, como isso pode ocorrer (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016).

Segundo Barreto (2018, p. 25) a constelação familiar:

[...] se assemelha a um teatro, pois os representantes que estão no papel, estão representando a vida, assim como no teatro, os representantes estão em um determinado papel, sendo fiel a ele, na constelação acontece a mesma coisa. [...] Já na constelação, não é só um alívio, pois existe um equilíbrio e a cura. E esta cura vem dos movimentos e das palavras que acontecem entre os representantes. O equilíbrio e a cura se dão, pois cada um, volta para o seu devido lugar e assume este lugar.

A constelação surge no momento em que as pessoas representam os membros do sistema familiar manifestam-se, demonstrando a atuação da fenomenologia, que atua acessando o inconsciente, os sentimentos, as intenções e a alma do grupo familiar (SOUSA, 2018).

Destaca-se que na constelação familiar o termo “emaranhamento significa que alguém na família retoma e revive inconscientemente o destino de um familiar que viveu antes dele” (HELLINGER; HÖVEL, 2007, p. 13).

Foram destacados anteriormente neste estudo diversos objetivos e características da constelação familiar, no entanto, a reconciliação será evidenciada a partir de agora, pois é de suma importância para a prática sistêmica.

Para Schneider (2007, p. 46) “toda terapia consiste, em última análise, num trabalho de reconciliação. Temos de reconhecer sua importância e reintegrar as partes nossas que foram isoladas, bem como as pessoas e ocorrências que excluímos, em conexão com elas”.

Para se chegar na fase da reconciliação, é necessária “a busca, ou melhor, o encontro de palavras, do gesto e do movimento certo em constelações que envolvem vítimas e perpetradores é uma das experiências mais impressionantes de clientes, representantes e terapeutas” (SCHNEIDER, 2007, p. 46).

Por fim, é importante ressaltar que, para Hellinger apud Conelius (2017, texto digital, p. 67):

As constelações familiares pretendem a reconciliação do cliente com os demais membros com que se encontre em desarmonia. Contudo, isso pode ser impedido caso o ajudante se deixe levar por um julgamento de bons e maus membros daquela família, seja pelo que o cliente exteriorizou, seja pela influência de sua própria consciência ou da opinião pública. A quinta ordem da ajuda trata do amor ao próximo independentemente de qualquer julgamento, sem qualquer condenação, para que isso possa se refletir no cliente, em conformidade com a fenomenologia.

Pensando numa forma de resolução de conflitos judiciais, Schmidt, Nys e Passos (2017, texto digital) mencionam essa técnica:

[...] a implementação das constelações familiares como técnica de solução no âmbito da prática forense objetiva viabilizar o equilíbrio da relação conflituosa a partir de um viés terapêutico. De outro lado, busca-se a conscientização acerca dos papéis de cada um dos componentes do grupo familiar, de modo a evitar a formação de novos conflitos.

A constelação familiar objetiva a descoberta da verdadeira solução para o litígio, sempre visando à abrangência do sistema envolvido no conflito. A compreensão do funcionamento do sistema e a sua influência sobre o constelado são funções da constelação familiar (VALL, 2017).

Assim, os benefícios que esse método pode proporcionar são a clareza para observar o conflito sob outra perspectiva, o alívio emocional para saber como começar a resolver o litígio ou o problema e a resolução de conflitos familiares (PAHINS, 2017).

Outrossim, ainda que existam outras formas consensuais, as constelações familiares permitem “desenterrar emoções e fatos que nem sequer sabemos que

existem. Assim, através dela, é possível abrir caminhos para novas atitudes ou terapias complementares” (PAHINS, 2017, texto digital).

Portanto, observa-se que a constelação tem por objetivo e característica demonstrar ao cliente a melhor maneira de ver o seu problema, sob outra ótica, e tentar buscar a melhor possibilidade para encará-lo e resolvê-lo, tornando-se um método diferenciado de resolução de conflitos para o Judiciário.

Passa-se a seguir ao estudo dos dados coletados, para que seja transmitido ao leitor quais os possíveis benefícios que a constelação familiar pode proporcionar na resolução de conflitos jurídicos e sociais no âmbito familiar na Comarca de Encantado/RS.

4 A VISÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR E SEUS BENEFÍCIOS NA COMARCA DE ENCANTADO/RS

Neste capítulo serão abordados os métodos de pesquisa e posteriormente destacados os benefícios que a técnica da constelação familiar pode proporcionar para o Poder Judiciário. Ainda, será realizado um questionário apurando dados de como esse método atua e, ao final, serão feitas as prospecções sobre o tema no território pesquisado.

4.1 Procedimentos metodológicos

Segundo Mezzaroba e Monteiro (2014), a pesquisa consiste no estudo de forma sistemática de um objeto, pretendendo chegar a um resultado do objeto a ser pesquisado.

Portanto, a natureza da pesquisa será aplicada:

O estudo de caso possui uma dimensão teórico-prática bem definida nessa modalidade. A tarefa se resume em eleger uma categoria e vinculá-la a um determinado fenômeno ou evento concreto ou mesmo hipotético, tendo em vista a verificação do alcance e da extensão de sua aplicabilidade (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2014, p. 151).

Ainda, a pesquisa aplicada, segundo Matias-Pereira (2019), é utilizada para aplicação prática, a fim de solucionar problemas da vida cotidiana.

Nesse sentido, a presente a monografia adotará a pesquisa em processos judiciais ou administrativo, os quais Mezzaroba e Monteiro (2014) mencionam tratar-se de uma análise de um caso jurídico, relevante ao tema pesquisado por suas características especiais.

O presente estudo adotará o modelo qualitativo, pois conforme Perovano (2016, texto digital) “na pesquisa qualitativa, não são utilizadas qualificações numéricas, mas o exercício da compreensão do objeto de pesquisa de acordo com o previsto, uma vez a ênfase não está em medir as variáveis em estudo, mas em entendê-las”. A pesquisa visa à compreensão da atuação da constelação familiar e ainda a sua utilidade para o direito de família, a fim de que esse método sirva como meio de solução de litígio.

Além do método qualitativo será também utilizado o quantitativo, pois segundo Mezzaroba e Monteiro (2014, p. 135):

A quantidade representa tudo aquilo que pode ser medido, o mensurável. Então, se o objeto de sua pesquisa se prestar a qualquer tipo de medição e essa, e evidentemente, for interessante para o resultado final da investigação a que você se propôs, a adoção de procedimentos de quantificação pode lhe ser útil.

Ainda, conforme Matias-Pereira (2019) o método quantitativo utiliza-se da quantificação, ou seja, da coleta de informações, que pode ser realizada por meio de técnicas de estatísticas.

A presente pesquisa busca compreender e descrever esse procedimento para a resolução de conflitos judiciais no âmbito familiar de forma adjudicada, em que as partes buscam encontrar a melhor forma de resolver o problema, uma vez que conseguem observar o conflito e entendê-lo. Ao final, serão apresentados dados, oriundos de pesquisas em sites especializados, como por exemplo o do CNJ, e juntado questionário que possibilite esclarecer como a constelação familiar serve de meio alternativo para a resolução de conflitos e quais os benefícios que essa prática pode proporcionar ao Poder Judiciário e ao Município de Encantado/RS.

A constelação familiar visa a explicar, por meio do trabalho do inconsciente, e atentar à causa do problema, proporcionando para a parte a visão do que está

acontecendo dentro do seu sistema familiar e, por esse motivo, a presente monografia utilizará a pesquisa explicativa.

Além de utilizar o método descritivo, em que para Gil (2008, texto digital) é “primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ou seja, este estudo pretende estudar as características e os benefícios da prática da constelação familiar.

Essa pesquisa parte da observação geral das legislações brasileiras que preveem métodos de solução de conflitos, destacando-se em seguida a trajetória e origem da constelação familiar. Após abordagem de todos esses tópicos, serão mencionados os benefícios que a constelação familiar pode proporcionar para o Poder Judiciário e para a Comarca de Encantado/RS. Portanto, a presente monografia utilizará o método dedutivo que, segundo Matias-Pereira (2019) parte de observações gerais e ao final chega a conclusões específicas.

Os instrumentais técnicos referem-se à utilização de material bibliográfico e documental. Segundo Gil (2008, texto digital), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico”. Já a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, texto digital).

O presente estudo utilizará o estudo de campo, cujo funcionamento é esclarecido por Gil (2008, texto digital):

[...] os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.

Ou seja, será feita uma pesquisa para obter dados, por meio da utilização de questionários a serem respondidos pela Magistrada da Comarca de Encantado/RS e com uma consteladora, nos quais serão realizadas perguntas acerca dos benefícios que esse método pode proporcionar ao Poder Judiciário e ao Município de Encantado/RS.

Dessa forma, a monografia vale-se de técnicas bibliográficas, fundadas em referencial teórico que envolve doutrina, artigos de periódicos e materiais de estudiosos da área encontrados em sites especializados, e documentais com o uso de legislação, principalmente o CPC de 2015, a Lei da Mediação e a Resolução nº 125/2010 do CNJ, dentre outras.

4.2 Os benefícios que a técnica sistêmica proporciona para o Judiciário

São inúmeros os benefícios que a técnica sistêmica pode proporcionar para a justiça brasileira. Portanto, como anteriormente já explanado sobre alguns desses benefícios, este subcapítulo servirá para levantar dados de como essa prática pode ser benéfica não apenas para o Poder Judiciário e para o andamento do processo, mas sim para as partes, pois visualizam o problema sob outra ótica e descobrem a melhor solução para enfrentá-lo e combatê-lo.

Segundo dados retirados do site do CNJ, Fariello (2018b) menciona que a constelação familiar, técnica psicoterapêutica do alemão Bert Hellinger, está sendo cada vez mais utilizada no Poder Judiciário brasileiro, ocorrendo em 16 estados e no Distrito Federal, como se vê na Figura 1.

Figura 1 – Estados brasileiros que utilizam a constelação familiar



Os dados levantados sobre as melhorias que a constelação familiar proporciona são impressionantes. Na Vara do Núcleo Bandeirantes, que começou a aplicar a constelação em 2015, nas situações em que as partes submetem-se à prática sistêmica, a taxa de rejudicialização é de apenas 5%. Ou seja, o conflito não volta para justiça, pois as partes puderam observar seus conflitos, refletir sobre eles e encontrar a melhor solução (FARIELLO, 2018b).

A autora ainda comenta:

Em maio de 2017, por exemplo, partes de 11 processos envolvendo pensão alimentícia foram convidadas pela juíza Magáli para comparecerem à sessão de constelação. Quinze dias depois, na audiência judicial, foi possível fazer o acordo em oito processos (FARIELLO, 2018b, texto digital).

A constelação familiar é uma técnica alemã que consiste na investigação das relações interpessoais dentro do sistema familiar, demonstrando ao constelado as conexões entre as gerações. Essa prática sistêmica é utilizada pela Juíza Virgínia de Fatima Marques Bezzer, da 6ª Vara da Família de Natal, com o intuito de demonstrar para as partes o que gerou o conflito que originou o processo judicial, sendo que esse método elevou o índice de acordos na solenidade de conciliação de 30% para 70% (CONSTELAÇÃO FAMILIAR: TÉCNICA PSICOTERAPÊUTICA É UTILIZADA EM CONCILIAÇÕES NA ÁREA DE FAMÍLIA, 2018).

Portanto, com as partes observando o conflito de fora, em que os representantes escolhidos fazem a representação dos seus familiares, bem como do constelado, surgem reações inesperadas que são colocadas em ação, uma vez que o campo morfogenético e os movimentos da alma conectam cada participante com a história do constelado, proporcionando ao cliente/constelado a visão da melhor solução para seu conflito.

Em diversos tribunais brasileiro a prática da constelação familiar vem trazendo inúmeros benefícios, sendo um exemplo disso o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, como se pode observar na Figura 2.

Figura 2 – Dados da prática no TJ-DFT

Projeto Constelar e Conciliar - Vara Cível e de Família do Núcleo Bandeirante/ TJDF

	Tema selecionado	Processos encaminhados para Constelação	Taxa de acordos em audiência posterior	Taxa de Rejudicialização de demanda
18/03/2016	Guarda	14	28,57%	7,14%
20/05/2016	Divórcio	13	53,85%	0,00%
17/06/2016	Inventário e Alimentos	6	33,33%	0,00%
01/07/2016	Guarda	9	77,78%	0,00%
26/08/2016	Divórcio e R.U.E.	4	75,00%	0,00%
23/09/2016	Guarda	4	25,00%	0,00%
21/10/2016	Guarda	5	60,00%	0,00%
18/11/2016	Divórcio e Alimentos	7	71,43%	28,57%
31/03/2016	Guarda	6	50,00%	16,67%
26/05/2017	Alimentos	12	75,00%	0,00%
28/07/2017	Alimentos	11	81,82%	9,09%
29/09/2017	Divórcio e R.U.E.	12	33,33%	0,00%
10/11/2017	Guarda	11	63,64%	9,09%
05/03/2018	Alimentos	9	55,56%	0,00%
				5,04% TOTAL

Fonte: Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões do Núcleo bandeirante - TJDF

Arte CNJ

Fonte: FARIELLO (2018a, texto digital).

Por meio dessa ilustração é possível perceber que no número de acordos, além de ser significativo, a taxa de rejudicialização é baixíssima, estimada em 5,04%,

proporcionando ao Poder Judiciário uma diminuição relevante de demandas mal resolvidas, tornando o processo mais célere e eficaz.

A constelação familiar é um método utilizado no Judiciário em audiências conciliatórias e em processos de família, como guarda, alienação parental, inventários e alimentos, dentre outros, proporcionando às partes um método diferenciado de resolução de conflitos, medida prevista na Resolução nº 125/2010 do CNJ, que assegura práticas que promovam tratamento adequados aos conflitos que chegam ao Judiciário (CONSTELAÇÃO FAMILIAR: TÉCNICA PSICOTERAPÊUTICA É UTILIZADA EM CONCILIAÇÕES NA ÁREA DE FAMÍLIA, 2018).

Em relação a isso, a juíza Virgínia Marques comenta:

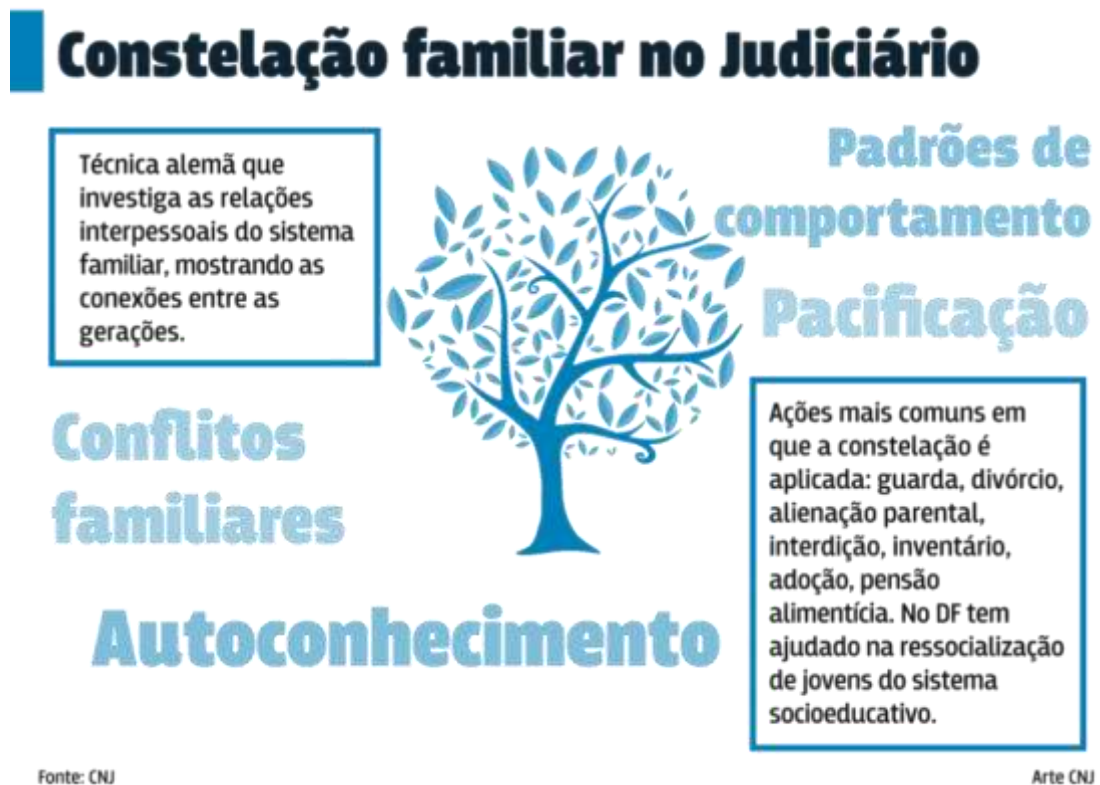
[...] as emoções de quem experimenta a aplicação das técnicas de Hellinger são de surpresa, pois o indivíduo não pensa que possui essas emoções ocultas. Por achar que o litígio é realmente o problema a ser resolvido, não sabe que essas emoções influenciam na dificuldade da solução do conflito. Assim, o reconhecimento dos motivos por trás do litígio é um dos objetivos do Judiciário ao utilizar esta técnica de escuta terapêutica (CONSTELAÇÃO FAMILIAR: TÉCNICA PSICOTERAPÊUTICA É UTILIZADA EM CONCILIAÇÕES NA ÁREA DE FAMÍLIA, 2018, texto digital).

Logo, a constelação familiar surge com uma prática que pretende que o cliente enxergue o conflito e passe a entendê-lo.

A constelação busca a investigação das relações interpessoais de um sistema familiar, objetivando demonstrar as conexões entre as gerações e o que origina os conflitos. Por isso, é utilizada no Poder Judiciário, pois tem capacidade de solucionar os litígios, sejam eles de família, violência doméstica ou até mesmo no tratamento de vícios entre detentos (OTONI, 2018).

Por meio do gráfico extraído do site do CNJ, é possível identificar como a constelação familiar atua e para quais tipos e processos é indicada essa prática sistêmica, como se vê na Figura 3.

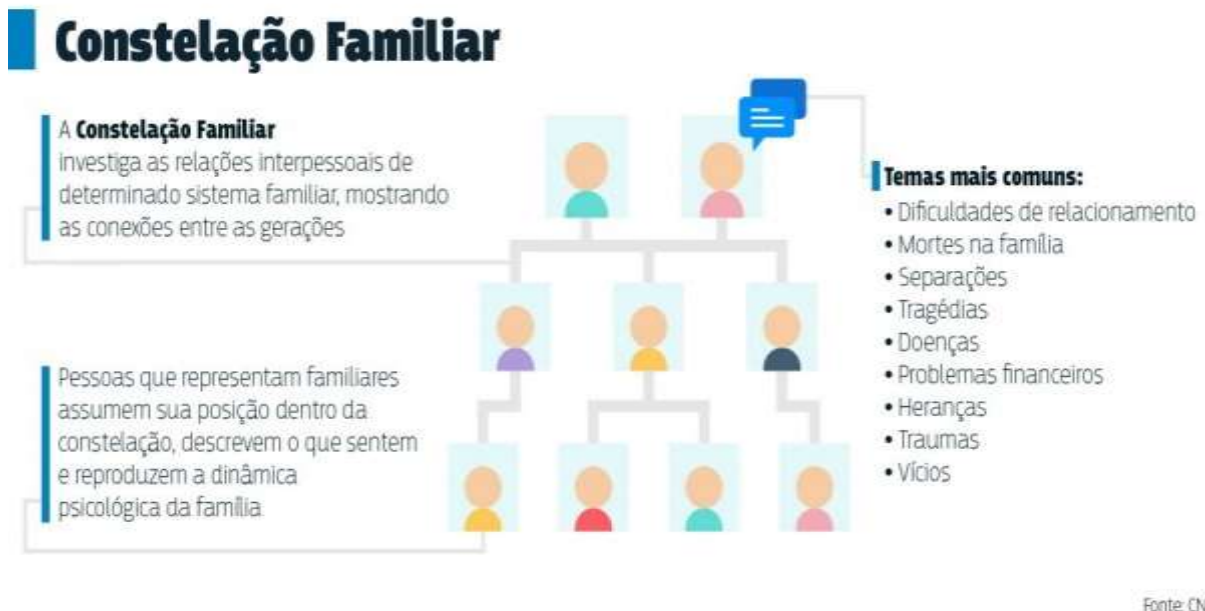
Figura 3 – Modo de atuação da constelação familiar



Fonte: OTONI (2018, texto digital).

Ainda no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJ-DFT), com o Projeto Constelar e Conciliar, a constelação familiar é utilizada não apenas para causas de famílias, mas para jovens do sistema socioeducativo e para causas voltadas ao direito do consumidor (FARIELLO, 2018a), como visto na Figura 4.

Figura 4 – Aplicação da constelação familiar



Fonte: FARIELLO (2018a, texto digital).

Ou seja, essa ilustração demonstra de maneira clara como se desenvolve a participação dos representantes, o objetivo desse método e os assuntos mais comuns aplicados.

Conforme dados do CNJ, a Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirantes, entre os dias 26 de agosto de 2016 e 28 de julho de 2017 promoveu, por meio do Projeto Constelar e Conciliar do TJDF, sete sessões de constelação familiar, sendo que nessa oportunidade compareceram as partes e procuradores, defensores públicos e promotores de 67 processos que estavam em tramitação no Poder Judiciário, envolvendo processos de família, sendo que 71% dos convidados compareceram na solenidade. Após a realização da prática sistêmica, obteve-se 61% de acordos, sendo que nos casos em que estavam ambas as partes o índice de acordos chegou a 76% (CONSTELAÇÃO FAMILIAR: VARA NO DF ALCANÇA 61% DE ACORDO COM MÉTODO, 2017).

A constelação familiar vem como uma forma de mostrar às partes o problema, diante do qual os litigantes possam buscar a melhor forma de resolvê-lo.

O magistrado André Tredinnick, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) comenta a importância desse diálogo:

[...] 'Muitas vezes, mesmo quando há acordo judicial, o conflito que levou uma família a procurar a Justiça permanece, gerando reincidência. Se o motivo inicial era a pensão alimentícia, o novo processo pode tratar da guarda, por exemplo. A constelação familiar não substitui um processo terapêutico, mas proporciona ferramentas para que as pessoas envolvidas encontrem, elas mesmas, soluções', explica o juiz Tredinnick. O projeto é desenvolvido pelo Centro Judiciário de Soluções de Conflito e Cidadania (Cejusc), do fórum regional (CONSTELAÇÃO FAMILIAR É APLICADA A 300 CASOS NO RIO, 2017a, texto digital, grifo do autor).

Outra experiência foi realizada no Rio de Janeiro em 2016, quando foram selecionados, com apoio de servidores da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 300 processos com litígios semelhantes, sobre guarda de filhos e alimentos, para serem convidados para participar das sessões de constelação familiar realizada por equipe multidisciplinar da Associação Práxis Sistêmica (CONSTELAÇÃO FAMILIAR É APLICADA A 300 CASOS NO RIO, 2017a).

Na ocasião, foi elaborada uma pesquisa sobre a técnica, cujo índice de aprovação foi de quase 80%, sendo que 86% das audiências realizadas após a constelação resultaram em acordo. Esses resultados são parte de um estudo para saber se os acordos estão sendo cumpridos, e posteriormente serão comparados aos processos que não utilizaram a sistemática (CONSTELAÇÃO FAMILIAR É APLICADA A 300 CASOS NO RIO, 2017a).

Como se vê, a constelação familiar surge como um método recente do Judiciário, que realiza uma abordagem sistêmica individual ou coletiva para formar um inconsciente coletivo, a fim de buscar a solução de emaranhados relacionamentos que podem pôr fim ao litígio processual (CEJUSC DE SORRISO USA MÉTODO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR E EVITA DIVÓRCIO, 2015).

Bandeira (2014, texto digital) relata os dados do Estado da Bahia:

Em 2012 e 2013, a técnica foi levada aos cidadãos envolvidos em ações judiciais na Vara de Família do município de Castro Alves, a 191 km de Salvador. A maior parte dos conflitos dizia respeito a guarda de filhos, alimentos e divórcio. Foram seis reuniões, com três casos "constelados" por dia. Das 90 audiências dos processos nos quais pelo menos uma das partes participou da vivência de constelações, o índice de conciliações foi de 91%; nos demais, foi de 73%. Nos processos em que ambas as partes participaram da vivência de constelações, o índice de acordos foi de 100%.

No Estado do Rio Grande do Sul, que iniciou com a prática da constelação familiar na Comarca de Capão da Canoa, por meio da juíza Lizandra dos Passos, que atua na Vara Integrada de Terra de Areia, Litoral Norte. A magistrada criou o projeto da “Justiça Sistêmica: Resolução de conflitos à luz das constelações familiares”, com o objetivo de trazer a ideia de conciliação e pacificação, proporcionando uma nova forma de visualizar o conflito, bem como priorizando a humanização e a aproximação do Poder Judiciário com a comunidade (COMARCA DE CAPÃO DA CANOA É PIONEIRA NO ESTADO, 2016), cujo logotipo vê-se na Figura 5.

Figura 5 – Logotipo do projeto.



Fonte: BERTOLDO (2016, texto digital).

O projeto realizado na Comarca de Capão da Canoa/RS obtém extraordinários resultados na resolução de demandas processuais, sempre priorizando o labor nas emoções e os conflitos que ensejam as desavenças familiares por meio da constelação familiar sistêmica. Essa técnica permite a visão ampliada das relações familiares, investigando a árvore genealógica da família envolvida no litígio (BERTOLDO, 2016).

Dessa forma, Schmidt, Nys e Passos (2017, texto digital) consideram possível:

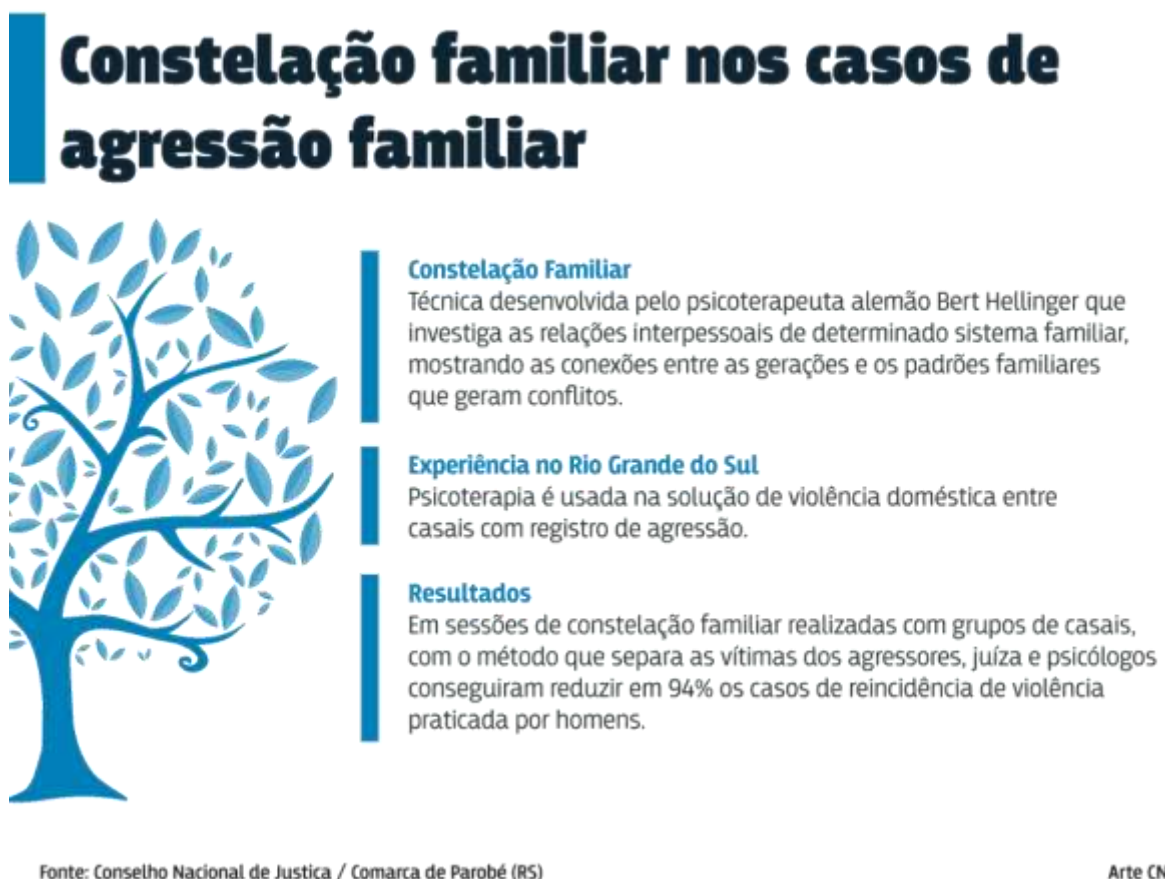
[...] constatar altos índices de satisfação dos jurisdicionados e da comunidade caponense em geral, já que, as pessoas que participaram dos encontros durante os seis meses de avaliação, responderam o questionário respectivo da seguinte forma: 1) 98,2% afirmou que: i) o encontro possibilitou uma

percepção um pouco diferente sobre o seu conflito; ii) o encontro aumentou seu conhecimento sobre si; 2) 99,1% disse que: i) o encontro desenvolveu melhorias nos seus relacionamentos; ii) o encontro aumentou a sua motivação na busca de uma solução pacífica; e 3) 100% destacou que o encontro facilitou a troca de experiências.

Na comarca de Parobé/RS, a constelação familiar é utilizada desde o fim de 2016 para ajudar os casais a superar desacordos que resultaram em atos de violência (OTONI, 2018).

A constelação familiar é utilizada para casos de agressões familiares e os dados são positivos, pois consegue-se reduzir 94% os casos de reincidência de agressão familiar, como se vê na Figura 6.

Figura 6 – Redução dos casos de reincidência



Fonte: OTONI (2018, texto digital).

Um dado marcante foi a fala da magistrada Lizandra dos Passos:

De acordo com ela, desde que a psicoterapia vem sendo usada nos casos de violência doméstica em Parobé, houve redução de 94% na reincidência das agressões entre homens e mulheres. Segundo Lizandra dos Passos, trata-se

de uma mudança de cultura que busca reconciliar os universos feminino e masculino (OTONI, 2018, texto digital).

Ainda, a Vara de Execuções Criminais de Caxias do Sul/RS e a Superintendência de Serviços Penitenciários utilizam a prática da constelação familiar, tanto que promoveram o II Encontro da Justiça Restaurativa no Sistema Prisional, no Plenário da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, objetivado aproximar a comunidade, a fim de que desenvolvam a visão restaurativa (CAVALHEIRO, 2016).

Outra comarca que também possui informações sobre a constelação familiar é Flores da Cunha/RS, onde em 31/05/2019 ocorreu o encontro da Justiça Sistêmica: Resolução de Conflitos à luz da Constelação Familiar, realizado por meio de palestra e apresentação do projeto, sendo esse evento presidido pelo juiz Enzo Carlo Di Gesu e conduzido pela advogada Bianca Pizzato Carvalho (FARACO, 2019).

Portanto, as constelações familiares servem para abrir novos horizontes, permitindo compreender melhor os porquês da vida, sabendo aceitá-los, agradecê-los e conciliar os problemas ou questões desconhecidas no núcleo familiar. A constelação surge como uma nova forma de tratamento na condução das audiências, inovando e humanizando a justiça, incentivando a busca de soluções aos conflitos que aparecem no Poder Judiciário, e por esse motivo essa prática sistêmica ganha força no Judiciário Gaúcho (FERNANDES, 2018).

Assim, diante de toda a explanação dos dados relatados, observa-se que a constelação vem ganhando força nos tribunais brasileiros, pois além de trazer dados positivos à justiça, torna-a mais humana, acolhendo a comunidade. Essa prática também permite que as partes observem o problema e encontrem a melhor solução para resolvê-lo e, diante disso, é possível pôr fim ao conflito que foi ajuizado perante o Poder Judiciário, sendo que os índices de rejudicialização são baixíssimos.

Passa-se a seguir à análise dos dados colhidos no Município de Encantado/RS.

4.3 Dados coletados na comarca de Encantado/RS sobre a constelação familiar

A coleta de dados sobre a constelação familiar ocorreu por meio da elaboração de um questionário realizado com a consteladora Marcia Bildhauer Graff e outro com a magistrada da Comarca de Encantado/RS, a Dra. Jacqueline Bervian.

As questões feitas para a consteladora Marcia Bildhauer Graff encontram-se na Figura 7.

Figura 7 – Questionário elaborado para a consteladora

<p>QUESTIONÁRIO PARA CONSTELADOR FAMILIAR:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Como a constelação familiar atua no processo de família?2. O que você entende pelo método da constelação familiar?3. Nas sessões de constelação familiar é possível perceber que as partes que constelam descobrem a melhor maneira para resolver o conflito?4. Como a constelação familiar se desenvolve?5. Você acredita que a constelação familiar é benéfica ao Poder Judiciário?6. Quais os benefícios que você pode elencar sobre a constelação familiar? Se possível, colacione dados.

Fonte: Da autora (2019).

A primeira questão elaborada para a consteladora tinha como propósito descobrir como se desenvolve a constelação familiar no processo de família, ou seja, nas demandas familiares. A resposta para essa pergunta foi a seguinte: “*A constelação trabalha o inconsciente, isto é, as partes olham para o conflito e tentam entendê-lo*”.

A segunda pergunta realizada consistia em entender a metodologia da constelação familiar, cuja resposta dada pela participante Marcia foi que a constelação atua por meio do campo morfogenético e as ordens do amor, quais sejam: a lei do pertencimento, hierarquia e do equilíbrio.

A terceira pergunta servia para compreender se as partes que se submetem à sessão de constelação familiar descobrem a melhor maneira para resolver a controvérsia, ao que a consteladora respondeu afirmativamente.

Já a quarta pergunta teve o propósito de descobrir como essa prática sistêmica atua, sendo respondido que por meio da leitura da imagem que o universo traz, ou seja, o inconsciente da pessoa. A consteladora ainda menciona que entende que cada ser humano vem com um propósito de equilibrar o sistema familiar.

A quinta pergunta tinha como objetivo entender se essa prática sistêmica pode ser benéfica ao Poder Judiciário, sendo respondido a esse quesito que sim.

Já a sexta pergunta objetivava descobrir quais os benefícios que a prática sistêmica pode proporcionar, obtendo-se a seguinte resposta: *“Quando a pessoa participa da constelação familiar muda sua visão, pois cada pessoa traz um trauma na sua genética que não é visível aos nossos olhos, que só olhando através do campo que entendemos o que ele traz no inconsciente”*.

Portanto, por meio das questões respondidas pela consteladora familiar pode-se obter com mais clareza a atuação da prática sistêmica, uma vez que ela objetiva trabalhar o inconsciente, pois cada indivíduo possui uma forma de pensar e agir diante de seus problemas. Dessa forma, a constelação familiar objetiva que o participante ou constelado olhe para o conflito e passe a entendê-lo.

A resposta dada para a pergunta “Você acredita que a constelação familiar é benéfica ao Poder Judiciário?” foi sim e, mediante as demais respostas, pode-se concluir que a prática sistêmica é benéfica, uma vez que, se as partes conseguem enxergar o seu problema e compreendê-lo, torna-se mais fácil a construção de um diálogo entre os litigantes e até mesmo o término daquele conflito ajuizado perante o Poder Judiciário.

A partir desse momento será analisado o questionário feito com a magistrada de Encantado/RS, a Dra. Jacqueline Bervian, vislumbrado na Figura 8.

Figura 8 – Questionário elaborado para a magistrada de Encantado/RS

QUESTIONÁRIO PARA A JUÍZA DE ENCANTADO:

1. *Como a constelação familiar atua no processo de família?*
2. *O que você entende pelo método da constelação familiar?*

3. *Como se desenvolve?*

4. *Quais os principais temas que podem ser trabalhados na constelação familiar? Para que tipo de situações são indicadas?*

5. *Pode-se afirmar que é isso um método inovador no direito de família?*

6. *Já é possível levantar dados benéficos?*

7. *Na Comarca de Encantado isso está gerando dados positivos? Se possível, juntar esses dados.*

Fonte: Da autora (2019).

A primeira pergunta visava a analisar como a constelação atua no processo de família. Em relação a isso, a juíza respondeu que *“a constelação familiar tem ampla aplicação no direito de família, sendo inclusive a área do direito em que se operam dados mais positivos. Embora a ampla possibilidade de aplicação das constelações dentro do judiciário, por tratar o direito de família de área sensível afeta às emoções humanas, as ferramentas das constelações são extremamente importantes para a solução do conflito posto em julgamento”*.

A magistrada ainda complementou que *“qualquer tipo de conflito familiar pode ser trabalhado na via da constelação familiar, sendo importante para as partes que enxerguem, a si e aos outros, como protagonistas da própria história e com ferramentas suficientes para solucionar, sozinhos, o problema”*.

A segunda pergunta consistia em descobrir o que seria o método da constelação familiar, ao que a Juíza Jacqueline Bervian respondeu que *“as constelações familiares vieram como mais uma das inúmeras técnicas possíveis de solução pacífica dos conflitos, seja no Judiciário, seja no âmbito individual de cada ser humano”*.

Para a magistrada, *“trata-se de uma técnica psicoterapêutica séria, amplamente estudada, que deve ser orientada por profissionais devidamente capacitados. Como o método trabalha muito com as relações íntimas do indivíduo,*

deve ser desenvolvido com zelo, profissionalismo e, acima de tudo, afeto pelos sentimentos daqueles que se propõem a enxergar e solucionar os próprios conflitos”.

A terceira pergunta consistia em descobrir como se desenvolve a prática sistêmica. Em relação a isso, a Juíza Jacqueline disse que *“o psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, falecido este ano, foi o criador do método das constelações familiares, que nada mais é do que um trabalho psicoterapêutico que coloca os indivíduos como protagonistas da própria história. O trabalho consiste em orientar o indivíduo que, com auxílio de um profissional constelador passa a ‘enxergar’ a própria história, seus sentimentos, condutas e possibilidades de solução daquilo que entende como problema. Os ‘participantes’, que por vezes tratam-se de pessoa sem qualquer relação com o indivíduo ou situação ‘constelada’ realizam movimentos que coincidem com as sensações, possibilidades e condutas que pode manifestar diante da vida, abrindo possibilidades para, de uma forma mais consciente, solucionar o problema. A pessoa trabalhada na constelação consegue enxergar-se no campo, acessar imagens e sentimentos que por vezes lhe passam despercebidos e tomar uma decisão consciente sobre a forma como pode lidar com o conflito”.*

A quarta pergunta consistia em observar em quais temas pode ser trabalhada a constelação familiar e para quais situações é indicada, ao que a magistrada mencionou que na constelação familiar, *“como dito acima, qualquer situação pode ser trabalhada no campo das constelações familiares. É uma técnica de aplicação ampla que não possui nenhum limitador. Atualmente, vem sendo aplicada tanto no âmbito dos conflitos familiares, como em matérias cíveis, criminais, execução penal e infância e juventude. Qualquer conflito, de qualquer natureza, pode ser submetido ao trabalho das constelações”.*

A quinta pergunta procurava identificar se esse método é inovador para o direito de família, ao que a Juíza de Encantado declarou que *“na medida em que retira do Estado-Juiz o ‘poder’ de solucionar o conflito (o que é uma falácia) e imputa aos indivíduos envolvidos a responsabilidade de enxergar-se e postar-se como protagonista da própria história, resolvendo não só o problema sub judice, mas, muito mais, o conflito que levou ao litígio, vejo sim a constelação como mais uma das técnicas inovadoras introduzidas e viáveis para as carreiras jurídicas, seja no âmbito do Judiciário, nos escritórios de advocacia e, em especial, nas próprias famílias”.*

A sexta pergunta buscava descobrir se é possível levantar dados benéficos da constelação familiar. Sobre isso, a referida juíza respondeu que *“não disponho de números ou estatísticas, o que pode ser colhido junto às Comarcas onde existe aplicação das Constelações Familiares há mais tempo. Todavia, pessoalmente acompanhei situações em que os benefícios ficaram evidentes após a submissão das partes à técnica. Comarcas como Parobé, Flores da Cunha, Novo Hamburgo e Porto Alegre possuem números, estatísticas e dados que podem ser levantados para ratificar essa impressão subjetiva”*.

A sétima pergunta visava a descobrir se na Comarca de Encantado isso está gerando dados positivos e se é possível juntar esses dados. Para esse questionamento, a magistrada respondeu que *“na comarca de Encantado infelizmente não dispomos de equipe capacitada para desenvolver o trabalho de forma regular, de maneira que as situações encaminhadas para as constelações são através de conversa com as partes e encaminhamento para profissionais da região. De toda forma, considerando que já realizei inúmeros cursos na área, utilizo as técnicas das constelações na sala de audiências, valendo-se de frases, gestos e alguns exercícios que, mesmo sem a nominação de “constelação”, auxiliam as partes a enxergar e dar ao outro o devido lugar, a respeitar a hierarquia familiar e, assim, reestabelecer a ordem, auxiliando na solução do conflito”*.

Por meio dos dados coletados com o questionário, verifica-se que a juíza e a consteladora possuem vasta experiência na área. Cabe salientar que, para o operador do direito, é de extrema importância estar atualizado aos métodos diferenciados de resolução de conflitos, uma vez que o direito é muito amplo, sendo necessário estar estudando as práticas inovadoras, pois servem de ferramentas que auxiliam os magistrados, promotores, advogados e servidores a resolver o problema ajuizado perante o Judiciário.

Por fim, após transcrever toda a pesquisa realizada por meio de questionários, com pessoas experientes na área da constelação familiar, seja elas a consteladora familiar Marcia Bildhauer Graff e a Magistrada da Comarca de Encantado/RS, Dra. Jacqueline Bervian, pode-se afirmar que os benefícios que essa prática proporciona são inúmeros, cujas prospecções no território pesquisado passa-se a analisar.

4.4 Prospecções sobre o tema no território pesquisado

Após o levantamento de dados obtidos por meio dos questionários, pode-se verificar que na Comarca de Encantado/RS não há dados precisos, ou seja, números ou estatísticas. Essas informações são mais exatas nas comarcas que já vêm aplicando a prática da constelação há mais tempo, como por exemplo Parobé, Flores da Cunha, Novo Hamburgo e Porto Alegre, pois a Comarca de Encantado/RS não dispõe de equipe capacitada para desenvolver o trabalho de forma regular.

No questionário, a magistrada Jacqueline Bervian menciona que realizou diversos cursos na área da constelação familiar e utiliza essa prática nas audiências, valendo-se de frases, gestos e exercícios, auxiliando as partes a visualizar o problema e descobrir uma maneira para solucioná-lo.

Ainda, a consteladora Marcia Bildhauer Graff mencionou no decorrer da entrevista que a constelação desenvolve-se na leitura da imagem que o universo traz, ou seja, trabalha o inconsciente da pessoa, entendendo que cada ser humano tem um objetivo de equilibrar o sistema familiar. Portanto, a atuação da prática sistêmica ocorre ao se olhar para o conflito e entendê-lo.

Por meio de todos os dados colhidos em sites como do CNJ e por meio da aplicação do questionário, pode-se perceber que a constelação familiar é um método diferenciado de solução de conflitos, que proporciona para as partes, ao aceitarem participar, a visualização do que está acarretando o problema e com isso poder chegar à melhor maneira de solucionar aquela controvérsia.

Os dados levantados nesse capítulo demonstram que o índice de rejudicialização são extremamente baixos, isto é, as demandas não voltam ao Poder Judiciário, pois as partes encontram a melhor maneira de solucionar a controvérsia que gerou o processo.

O diálogo promovido pelas partes é de suma importância, uma vez que são elas que possuem interesses mútuos na controvérsia gerada e, com o início da conversa, ambas cedem reciprocamente e descobrem as suas dificuldades, buscando a melhor solução para o caso concreto.

Além do mais, pelas imagens apresentadas é possível verificar que, nos Estado onde a prática sistêmica está implementada há mais tempo, os índices de acordo são bem significativos. Ainda, sobre um aparato geral em comarcas que compararam o antes e depois da instauração da prática, o índice de acordos em audiência após as partes aceitarem participar da constelação familiar são bem altos.

No Estado do Rio Grande do Sul percebe-se que a constelação familiar está crescendo com o decorrer dos tempos, porém ainda faltam em algumas comarcas pessoas capacitadas para o desenvolvimento da prática sistêmica, sendo que esses casos são encaminhados para as constelações por meio de conversas com as partes e o direcionamento para profissionais da região.

O TJ-RS, conforme demonstrado nessa monografia, promove ações voltadas para a constelação familiar, no entanto isso pode ser ampliado cada vez mais, com a contratação e capacitação de pessoas especializadas para desenvolver esse trabalho, por meio do CNJ. Isso se justifica pelo fato de que a constelação vem como uma técnica em que, como já reiterado, promove a visualização do problema sob outra ótica, onde o constelado enxerga sua própria história, seus sentimentos, atos e condutas, possibilitando encontrar a melhor maneira para solucionar essa situação, que pode acarretar no ajuizamento de uma demanda processual.

Ainda, percebe-se que além dos benefícios ao Poder Judiciário, pode-se listar inúmeras vantagens para as partes, uma vez que param de brigar e se desgastar por uma controvérsia que muitas vezes pode ser resolvida com apenas o diálogo entre eles.

Portanto, é de suma importância que o TJ-RS invista em cursos especializados na área da constelação familiar e também em outros métodos diferenciados de solução de conflitos, pois as partes descobrem a melhor solução para enfrentar o problema que motivou aquela ação. Além disso, o índice de rejudicialização diminui, pois uma solução encontrada pelas partes é muito mais benéfica do que aquela imposta por um terceiro, pois são elas que estão vivenciando ativamente aquele conflito e podem negociar a melhor maneira em que todas as partes saiam satisfeitas com a solução encontrada.

5 CONCLUSÃO

Com o decorrer do tempo, o ordenamento jurídico brasileiro foi inovando na maneira de analisar o conflito e buscar a melhor solução para essa controvérsia. Verifica-se que desde as primeiras previsões até a chegada das Resolução nº 125/2010 do CNJ, a Lei nº 13.140/2015 e o CPC de 2015, percebe-se que o Judiciário buscou encontrar métodos diferenciados para resolver os conflitos, podendo ser por meio da mediação, conciliação ou até mesmo a constelação familiar, dentre outros.

Ainda, cabe ressaltar que para cada caso haverá uma maneira diferenciada de resolver aquele conflito, isto é, para cada litígio haverá uma “porta” para encaminhá-lo para uma possível solução.

A constelação familiar surge como uma forma diferenciada de resolver o conflito, mediante o olhar do direito sistêmico, trazido para o Brasil pelo juiz Sami Storch. Ela atua no trabalho do inconsciente, em que o sujeito ou constelado consegue visualizar o seu problema sob outra ótica, isto é, ele consegue olhar para o litígio e entendê-lo, descobrindo a melhor maneira para solucioná-lo.

A constelação familiar age por meio do campo morfogenético e os movimentos da alma, sendo que a leitura da imagem é trazida pelo universo, ou seja, os representantes demonstram o que está ocorrendo dentro daquele núcleo familiar.

Dessa maneira, por meio das ordens do amor, quais sejam: a lei do pertencimento, equilíbrio e hierarquia, pode-se observar que a constelação familiar visa a demonstrar ao constelado/cliente o que está ocorrendo dentro do meio familiar vivido. Isso se torna muito positivo ao Poder Judiciário, uma vez que as partes podem descobrir o que está acarretando aquele litígio que ajuizou a demanda judicial. E como reiterado nesta monografia, toda solução proposta pelas partes é muito mais vantajosa, pois o número de rejudicializações diminui drasticamente.

Assim, este estudo ocupou-se em apresentar, no primeiro capítulo do desenvolvimento, as legislações brasileiras e seus dispositivos, prevendo a solução consensual de conflitos. Nesse capítulo discorreu-se sobre as primeiras abordagens da conciliação e mediação, as breves noções sobre autodefesa, autocomposição e heterocomposição, o conceito de acesso à justiça e as suas ondas, a teoria de múltiplas portas, a Resolução nº 125/2010 do CNJ, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), o Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e a Lei nº 13.140/2015, conhecida como Lei da Mediação.

Também foram estudados os princípios da mediação, quais sejam: autonomia de vontade e decisão informada, informalidade e independência, oralidade, imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, busca do consenso, cooperação e não competitividade, boa-fé e a confidencialidade. Em seguida, mencionou-se a abordagem do CPC sobre os meios de resolução de conflitos.

Posteriormente, no segundo capítulo da monografia, analisou-se a trajetória da constelação familiar, destacando-se a conceituação, história e origem da prática sistêmica, o surgimento da constelação familiar no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, assim como o funcionamento da constelação familiar e breves considerações sobre o campo morfogenético, os tipos de constelação, os seus princípios, quais sejam as ordens do amor, divididas em: necessidade do pertencimento, lei da hierarquia ou da ordem e lei do equilíbrio ou compensação. Posteriormente, foram analisados os movimentos da alma e cura e os objetivos e características do direito sistêmico.

Na sequência, no terceiro capítulo do estudo, foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para elaboração da pesquisa e após foram colhidos dados em sites especializados, como do CNJ e IBDFAM, apurando-se os benefícios que a técnica sistêmica proporciona para o Judiciário. Para tanto, foram dispostas figuras onde é possível apurar os dados sobre a constelação familiar em comarcas que há tempo vem utilizando essa sistemática.

A seguir, por meio de questionário elaborado para a consteladora Marcia Bildhauer Graff, foi possível acostar informações acerca de como a constelação atua e quais os benefícios que ela proporciona para a resolução de conflitos familiares. Posteriormente, realizou-se o questionário com a magistrada da Comarca de Encantado/RS, Jacqueline Bervian, sendo possível colher dados de como a constelação auxilia na resolução de conflitos processuais e seus benefícios. Por fim, abordou-se as prospecções no território pesquisado, onde foi possível fazer um fechamento com todos os dados colhidos.

Diante da análise do problema para este estudo – quais os possíveis benefícios da constelação familiar na resolução de conflitos jurídicos e sociais, no âmbito familiar, na Comarca de Encantado/RS? – pode-se concluir, com base nos dados coletados por meio dos questionários, que a constelação familiar pode ser aplicada no direito de família e em outras áreas do direito. Ainda, essa prática sistêmica transforma a pessoa que está vivenciando o conflito em protagonista da própria história, fazendo com que as partes enxerguem de forma diferente o problema, entendendo o litígio e descobrindo sozinhas a melhor maneira de resolvê-lo.

Pode-se concluir que no Município de Encantado/RS não há dados numéricos e estatísticos que comprovem os benefícios dessa prática, uma vez que nessa comarca não há uma equipe capacitada para desenvolver o trabalho de forma regular, sendo as situações encaminhadas, mediante conversas com as partes, para especialistas da região.

Ademais, a juíza de Encantado afirmou que, diante do seu conhecimento e capacitação na área, utiliza técnicas da constelação familiar em audiências, valendo-se de frases, gestos e alguns exercícios que possibilitem às partes enxergar os seus

problemas sob outra ótica, restabelecendo a ordem e respeitando a hierarquia familiar, auxiliando para que os confrontantes encontrem a solução do seu conflito.

Por meio da coleta de dados de sites como CNJ e IBDFAM, pode-se afirmar que, nos estados em que a prática sistêmica está sendo utilizado há mais tempo, os dados são muito benéficos, pois os índices de rejudicialização são extremamente baixos e os de acordos são bem altos, fazendo com que as partes resolvam os seus conflitos da melhor maneira possível.

Ainda, como se pode observar, algumas comarcas do Estado do Rio Grande do Sul vêm utilizando a prática sistêmica há mais tempo, como por exemplo na Comarca de Capão da Canoa, que possui dados muito positivos na resolução de conflitos.

Portanto, cabe ao TJ-RS dispor de uma equipe capacitada para aplicar essa prática nas comarcas que ainda não dispõem de pessoas para desenvolver o trabalho de forma regular, pois além de ser benéfico para o Poder Judiciário, traz benefícios para as partes confrontantes, porque possibilita descobrir, por intermédio de outra porta, qual seja a constelação familiar, a melhor maneira para solucionar o seu litígio.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Genacéia da S. **Mediação institucional**: uma proposta para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; KUBIAK, Vanderlei T. T. **A mediação no sistema judicial brasileiro** – desafios e perspectivas – experiência de implantação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Coleção Mediação, v.1. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/ebooks/Colecao-Mediacao-2017-Vol-I.PDF>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ALBUQUERQUE, Dionara O. **O marco legal da mediação no brasil e o mediador judicial, sua capacitação e formação continuada – o exemplo do NUPEMEC – TJ/RS (núcleo permanente de métodos consensuais de solução de conflitos do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul)**. FAGUNDES, Izabel C. Peres. **A mediação no poder judiciário do estado do Rio Grande do Sul e a supervisão na formação do mediador judicial**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Suporte Operacional, Serviço de Impressão e Mídia Digital, 2017. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/ebooks/Colecao-Mediacao-2017-Vol-II.PDF>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ALMEIDA, Diogo R. de; PANTOJA, Fernanda M. Mediação: marco legal e cultura. **Gen Jurídico**. 2016. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2016/03/28/mediacaomarcolegalecultura/>>. Acesso em: 08. Ago. 2019.

ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samantha; JONATHAN, Eva (Coord.). **Mediação de Conflitos**: para Iniciantes, Praticantes e Docentes. Salvador: JusPodivm, 2016. E-book. Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/9de9ecc398efc20c24c40b1dba5674d4.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

AQUINO, Maria da G. C. G. de S. **Considerações sobre a Resolução CNJ nº 125/2010: Uma avaliação política judiciária brasileira - a solução dos conflitos de interesse?** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BANDEIRA, Regina. Juiz consegue 100% de acordos usando técnica alemã antes das sessões de conciliação. **CNJ**. 17 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/juiz-consegue-100-de-acordos-usando-tecnica-alema-antes-das-sessoes-de-conciliacao/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BARRETO, Mônica. **Constelação familiar sistêmica: entendendo a dinâmica do campo – como o campo familiar pode influenciar em nossas vidas**. São Paulo: Giostri, 2018.

BASSOI, Vera L. M. **Comunicação e pensamento sistêmico: um estudo sobre “constelações familiares”**. 2016, 126 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2016. Disponível em: <<http://comunicacaoecultura.uniso.br/producao-discente/2016/pdf/vera-bassoi.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BENTO, Jacqueline C. P. de M. **A conciliação e a mediação como métodos alternativos de resolução de conflitos visando a efetividade do acesso à justiça**. 2012. 37 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, Assis, 2012. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911301215.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

BERTOLDO, Matheus. Assista agora: Comarca de Capão da Canoa realiza projeto com método psicoterapêutico. **TJRS**. 29 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=317181>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRAHERME, André L. **A aplicação da teoria das constelações sistêmicas como método de solução de conflitos pelo judiciário brasileiro**. 2018, 55 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense, Macaé, 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8439/1/TCC%20Final%20-%20Andr%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRIQUET, Enia C. **Manual de Mediação**: teoria e prática na formação do mediador. Petrópolis: Vozes, 2016.

CABRAL, Trícia N. X. A evolução da Conciliação e da Mediação no Brasil. **Revista Fonamec**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 354-359, maio 2017. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/fonamec/volumes/volumel/revistafonamec_numero1volume1_354.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CACHAPUZ, Rozane da R. **Mediação nos conflitos e direito de família**. 3 e 4. tir. Curitiba: Juruá, 2006.

CAMPOS, Adriana P.; FRANCO, João V. S. A conciliação no Brasil e a importância da figura dos juízes leigos para o seu desenvolvimento. In: VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. 2017. **Anais...** Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18025>>. Acesso em 20 ago. 2019.

CARVALHO, Elza V. Constelações familiares sistêmicas. 2012. **Revista Saúde Quântica**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/saudequantica/article/view/117>>. Acesso em: 06 set. 2019.

CAVALHEIRO, Patrícia. A Justiça Restaurativa dentro das prisões é tema de encontro em Caxias do Sul. **TJRS**. 10 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=349419>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CEJUSC de Sorriso usa método da constelação familiar e evita divórcio. **CNJ**. 8 Out. 2015. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cejusc-de-sorriso-usa-metodo-da-constelacao-familiar-e-evita-divorcio/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

CÉSPEDES, Adele S. R. **A Constelação Familiar aplicada ao Direito Brasileiro a partir da Lei de Mediação**. 2017, 58 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177310/A%20Constela%C3%A7%C3%A3o%20Familiar%20aplicada%20ao%20Direito%20Brasileiro%20a%20partir%20da%20Lei%20de%20Media%C3%A7%C3%A3o..pdf?sequence=3>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CHEMIN, Beatris F. Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: **planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015. E-book. Disponível em: <https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/110/pdf_110.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

COMARCA de Capão da Canoa é pioneira no Estado. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 29 mar. 2016. Disponível

em:<https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/03/cadernos/jornal_da_lei/489427-comarca-de-capao-da-canoa-e-pioneira-no-estado.html>. Acesso em: 24 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 125/2010, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em:<<https://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

CONSTELAÇÃO familiar é aplicada a 300 casos no Rio. **CNJ**. 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-e-aplicada-a-300-casos-no-rio/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CONSTELAÇÃO familiar Hellinger. **Hellinger**. [201-]. Disponível em: <<https://www.hellinger.com/pt/pagina/constelacao-familiar/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CONSTELAÇÃO familiar: técnica psicoterapêutica é utilizada em conciliações na área de Família. **IBDFAM**. 21 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/16496/Constela%C3%A7%C3%A3o+familiar%3A+t%C3%A9cnica+psicoterap%C3%AAutica+%C3%A9+utilizada+em+concilia%C3%A7%C3%B5es+na+%C3%A1rea+de+Fam%C3%ADlia>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CONSTELAÇÃO familiar: vara no DF alcança 61% de acordo com método. **CNJ**. 18 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-vara-no-df-alcanca-61-de-acordo-com-metodo/>>. Acesso em: 21 set. 2019.

CORNELIUS, Júlia P. **A aplicação das constelações sistêmicas na resolução de conflitos judiciais e extrajudiciais**. 2017, 125 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177474/TCC-VERS%C3%83O_FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 ago. 2019.

CRUZ, Fabrício B. da. **Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução 225/CNJ**. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/08/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CUNHA, Rafaela C. B. **A audiência de conciliação no novo código de processo civil: aspectos controversos**. Lavras. 2018, 61 f. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado em Direito), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/31406/1/Rafaela%20Cardoso%20Bezerra%20Cunha%20-%20TCC.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

DANIEL, Paola F. **Possibilidades e limites das práticas de mediação extrajudicial enquanto forma alternativa de resolução de conflitos sociojurídicos**. 2011, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso

de Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Três Passos, 2011. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/11113/Paola%20Fernanda%20Daniel.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 set. 2019.

ESTIVALET, Josiane C. **Reflexos da metabolização dos conflitos a partir da implementação da mediação enquanto política pública no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no tocante aos servidores mediadores**. 2015, 219 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado), Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/ebooks/Josiane-Caleffi-Estivalet-dissertacao-UNISC.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FARACO, Bruna. Inscrições abertas para Constelação Familiar na Comarca de Flores da Cunha. **TJRS**. 14 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=466255>>. Acesso em: 12 out. 2019.

FARIELLO, Luiza. A busca pela paz com a constelação familiar no Tribunal do DF. **CNJ**. 29 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/a-busca-pela-paz-com-a-constelacao-familiar-no-tribunal-do-df/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____, Luiza. Constelação Familiar: no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF. **CNJ**. 03 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-no-firmamento-da-justica-em-16-estados-e-no-df/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

FERNANDES, Fabiana. Constelação Familiar: Foro Central terá encontro nesta sexta-feira. **TJRS**. 21 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=428781>>. Acesso em: 11 set. 2019.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. E-book. Disponível em: <https://www.univates.br/virtual/pluginfile.php/1270448/mod_resource/content/2/GIL_M%C3%89TODOS.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

GIRALDEZ, Patrícia M. **Defensoria Pública e o acesso à justiça do hipossuficiente**: Uma análise sobre o acesso à justiça no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018, 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5939/1/PMGiraldez.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

GONÇALVES, Amanda P. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Porto Alegre. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015. 40 f. Artigo extraído do Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais), Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2015.

Disponível em: <http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/amanda_goncalves.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

HAUSNER, Stephan. **Constelações Familiares e o Caminho da Cura: a abordagem da doença sob a perspectiva de uma medicina integral**. São Paulo: Cultrix, 2010.

HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor: Um Guia Para o Trabalho com Constelações Familiares**. São Paulo: Cultrix, 2001. E-book. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/petropolisdapaz/artigos/downloads/Ordens-do-Amor-Um-Guia-para-o-Trabalho-com-Constelacoes-Familiares.pdf>>. Acesso em 12 set. 2019.

_____, Bert; HÖVEL, Gabriele T. **Constelações Familiares: o reconhecimento das ordens do amor**. São Paulo: Cultrix, 2007.

JUSTIÇA restaurativa e constelações familiares avançam no Paraná. **CNJ**. 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-restaurativa-e-constelacoes-familiares-avancam-no-parana/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

KAMEL, Antonie Y. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: InterSaberes, 2017. E-book. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=media%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/147874>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

LIMA, Lara da R. M. **A mediação no direito de família**. 2017, 52 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/ccjp/arquivos/tcc/2017-1-monografia-lara-da-rocha-martins-de-lima>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MARINO, Sueli. **Relacionamentos que curam - uma história possível**. 2008, 165 f. Monografia (Pós-Graduação) – Especialização em Terapia Familiar e de Casal, Núcleo de Família e Comunidade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3166/2/Sueli%20Marino.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual da Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/10!/4/2@0:0>>. Acesso em: 9 set. 2019.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEIRO, Amanda S. **Os mecanismos de resolução de conflitos: uma justiça satisfatória? Passo Fundo**. Faculdade Meridional. 2017, 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito), Escola de Direito, Faculdade

Meridional – IMED, Passo Fundo, 2017. Disponível em: <<https://www.imed.edu.br/Uploads/AlumniReunions/AMANDA%20SANDER%20MONTEIRO.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

NELLES, Wilfried. A alma e os movimentos da alma. **Eva Jacinto**. 2017. Disponível em: <<https://www.cf-evajacinto.pt/a-alma-e-os-movimentos-da-alma/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

NOBRE, Roberta D. da C. **Autocomposição e novas diretrizes com a Resolução nº 125 do CNJ**. João Pessoa, Universidade Estadual da Paraíba. 2014, 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Prática Judiciária), Escola Superior da Magistratura, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5356/1/PDF%20-%20Roberta%20Dantas%20da%20Cunha%20Nobre.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

NOGUEIRA, Gustavo S.; NOGUEIRA, Suzane de A. P. **O sistema de múltiplas portas e o acesso à justiça no Brasil**: perspectivas a partir do novo código de processo civil. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 276, fev. 2018.

OLIVEIRA, Luthyana D. de; MIGLIAVACCA, Luciano de A. **A Resolução 125 do CNJ como política pública de fortalecimento da cidadania no tratamento dos conflitos**. 2014, 12 f. Disponível em: <https://www.imed.edu.br/Uploads/micimed2014_submission_139.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, Décio F. de; OLIVEIRA, Wilma C. G. **Esclarecendo as Constelações Familiares**. Belo Horizonte: Atman, 2016. E-book. Disponível em: <<http://www.profdoni.pro.br/home/images/sampled/2015/livros/ibhbc.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

OTONI, Luciana. Sinta a emoção de uma Constelação Familiar em unidade socioeducativa. **CNJ**. 14 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sinta-a-emocao-de-uma-constelacao-familiar-em-unidade-socioeducativa/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

PAHINS, Silvia. Constelação familiar: conheça a terapia que vem transformando vidas. **Empreenda com Propósito**. 2017. Disponível em: <<https://empreendacomproposito.com.br/constelacao-familiar-conheca-a-terapia-que-vem-transformando-vidas/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

PASQUALI, Manuela R. **O novo CPC e os institutos da mediação e conciliação**. 2016, 46 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Três Passos, 2016. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3711/TCC%20-%20Manuela.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 set. 2019.

PEROVANO, Dalton G. **Manual da metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <<http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559720211/pages/5>>. Acesso em: 09 set. 2019.

PITUCO, Alice P. **Novas metodologias para atender às especificidades do direito das famílias: a mediação de conflitos e as constelações familiares**. 2018, 102 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174620/001060601.pdf?seque>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

PROCHNOW, Camila W. **As constelações sistêmicas como método alternativo de resolução de conflitos no direito de família**. 2016, 76 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11526/Camila%20Wilke%20Prochnow.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

QUEM pode ser um constelador? **Constelação Clínica**. 2019. Disponível em: <<https://constelacaoclinica.com/a-funcao-de-constelador/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

RAMOS, Camila. A Constelação Sistêmica aplicada ao Direito de Família. **Jus.com.br**. 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/74944/a-constelacao-sistemica-aplicada-ao-direito-de-familia>>. Acesso em: 14 set. 2019.

SÁ, Eduardo B. do L. de. **Acesso à justiça e juizados especiais cíveis**. 70 f. 2011. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1823/1/Monografia_Eduardo_Bruno_do_Lago_de_Sa.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

SALES, Lília M. de M.; CHAVES, Emmanuela C. Mediação e Conciliação Judicial – A Importância da Capacitação e de seus Desafios. **Sequência** (Florianópolis), n. 69, p. 255-280, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/seq/n69/11.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

SANTOS, David A. **A dialética entre a celeridade e a pacificação social na prestação jurisdicional brasileira**. 2011, 42 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1969/1/2011_DavidAmaralSantos.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SANTOS, Vinícius N. **Métodos integrativos de solução de conflitos para a revitalização da função jurisdicional brasileira: a utilização das constelações sistêmicas como ferramenta na mediação**. 2018, 72 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Faculdade de Direito Prof. Jacy de Assis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21975/1/M%C3%A9todosIntegrativosSolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SCHMIDT, Cândice C.; NYS, Cristiane P.; PASSOS, Lizandra dos. **Justiça sistêmica**: um novo olhar do judiciário sobre as dinâmicas familiares e a resolução de conflitos. 2017. Disponível em:
<https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/tribunal_de_justica/centro_de_estudos/horizontes/constelacoes_familiares_artigo.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SCHNEIDER, Jakob R. **A Prática das Constelações Familiares**: Bases e Procedimentos. Belo Horizonte: Atman, 2007.

SEFFRIN, Tiago R. **O acesso à justiça à luz do sistema de ensino jurídico brasileiro**. 2014. 72 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/127406/Monografia%20-%20Tiago%20Seffrin%20-%20O%20acesso%20%C3%A0%20justi%C3%A7a%20%C3%A0%20luz%20do%20sistema%20de%20ensino%20jur%C3%ADico%20brasileiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 set. 2019.

SENA, Adriana G. de. Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 93-114, jul./dez. 2007. Disponível em:
<https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Adriana_Sena.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SOUSA, Domingos S. M. de. **A constelação familiar sistêmica e a mediação**: a busca da pacificação no direito de família. 2018, 83 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2018. Disponível em:
<<http://www.faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/viewFile/803/661>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

SOUZA, Aiston H. de. **Manual de Mediação Judicial**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em:
<<https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SOUZA JÚNIOR, Alexandre L. P. de. **Constelação sistêmica familiar**: Ferramenta eficaz na solução de conflitos familiares no âmbito da mediação. 2018. 63 f. Monografia (Graduação) Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2018. Disponível em:
<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11468/1/ALPSJ13062018.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2019.

TAKAHASHI, Bruno et al. **Manual de mediação e conciliação na Justiça Federal**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2019. E-book. Disponível em:

<<https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/outras-publicacoes/manual-de-mediacao-e-conciliacao-na-jf-versao-online.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Civis**. 3. ed. São Paulo: Método, 2016.

VALÉRIO, Marco A. G. Os meios alternativos de resolução de conflitos e a busca pela pacificação social. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 69, set. 2016. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDPriv_n.69.01.PDF>. Acesso em: 16 jul. 2019.

VALL, Janaina. Direito Sistêmico: o modelo de constelação de Bert Hellinger e a Teoria da Complexidade de Edgar Morin - convergências e significâncias. v. 7 n. 1. In: XIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIF, v. 7, n.1, 2017, Fortaleza. **Anais...** Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Desktop/352-Texto%20do%20artigo-1445-1-10-20180305.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

VARGAS, Izabela B. de. **Mediação e arbitragem como métodos alternativos de solução de controvérsias e desjudicialização de conflitos**. 2017, 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Direito, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Araranguá, 2017. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/3823/TCC%20-%20Izabela%20%282%29%20%281%29.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

VIANA JÚNIOR, Dorgival. Enunciados interpretativos sobre o novo CPC do FPPC – 2017. **Novo CPC brasileiro**. 2017. Disponível em: <<https://www.novocpcbrasileiro.com.br/enunciados-interpretativos-sobre-o-novo-cpc-do-fppc/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

VITOI, Mateus V. **Os resultados alcançados com a implementação dos métodos consensuais de conflitos no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro**: as novas perspectivas trazidas com a Resolução nº 125/2010 e a criação dos CEJUSCS. 2016. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora – U UFJF, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3408/1/matheusvasconcelosvitoi.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

WEIZENMANN, Cristina. **A mediação como meio de resolução de conflitos no direito de família**. 2009, 139 f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2009. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/550/1/2009CristinaWeizenmann.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nº 1

1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convido você a participar da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso "A perspectiva da resolução de conflitos sob a óptica da constelação familiar no município de Encantado/RS", desenvolvida por Julia Piola, que será realizado para obtenção de grau de Bacharel em Direito da Universidade do Vale do Taquari - Univates, sob orientação da Professora Me. Alice Krämer Iorra Schmidt.

Esta monografia tem como objetivo analisar os benefícios e a origem da constelação familiar, explicando como esse método pode resolver os conflitos no âmbito familiar, especialmente no campo jurídico e social, na Comarca de Encantado/RS, proporcionando para as partes a resolução ou solução de um conflito de forma consensual.

Sua participação é muito importante para o desenvolvimento do trabalho, pois diante do seu conhecimento poderemos aplicar o questionário para obtenção de dados para monografia. Ainda sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, sendo garantida a confidencialidade e privacidade das informações prestadas por você.

O procedimento será com base num questionário aplicado, onde sua participação consiste em responder perguntas desse roteiro à pesquisadora da monografia.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista individual, com duração de aproximadamente 30 minutos.

Essa entrevista será transcrita e armazenada, em arquivos digitais, onde apenas o aluno e seu orientador terão acesso.

O benefício da sua colaboração para essa monografia consiste em trazer dados e informações acerca dos benefícios que a constelação familiar pode proporcionar para o Poder Judiciário, especificadamente para Comarca de Encantado/RS.

Toda a pesquisa possui riscos, como constrangimento ou dispêndio de tempo para realização da entrevista, o que será minimamente cuidado e observado durante todo tempo.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido declaro que fui informado, de maneira clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento, dos objetivos, justificativas, métodos de coleta de dados, dos riscos e benefícios da presente pesquisa, sendo informada pela aluna sobre:

- o direito de liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento, bem como deixar de participar do estudo;

- sua garantia de seu nome ser mantido sigilo após divulgação dos dados (resultados) e que as informações prestadas serão utilizadas para fins científicos vinculados a monografia;
- sua garantia em receber resposta a perguntas a qualquer momento, sendo esclarecido dúvidas acerca da coleta de dados, benefícios e demais assuntos vinculados a pesquisa;
- os resultados serão divulgados através do trabalho de conclusão de curso;
- a pesquisa não terá custos aos pesquisados, sendo totalmente absorvidos pelo pesquisador.

Eu confirmo o entendimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser assinado duas vias, sendo que uma fica com o entrevistado e a outra com o pesquisador. Todas as dúvidas serão esclarecidas pela acadêmica responsável Julia Piola e em caso de esclarecimentos pode contactar pelo telefone (54)98141-8830.


Nome do Pesquisador


Assinatura do Pesquisador

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

JACQUELINE BERVIAN

Nome do Participante


Assinatura do Participante

Lajeado, 14 de outubro de 2019.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nº 2

1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convido você a participar da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso "A perspectiva da resolução de conflitos sob a óptica da constelação familiar no município de Encantado/RS", desenvolvida por Julia Piola, que será realizado para obtenção de grau de Bacharel em Direito da Universidade do Vale do Taquari - Univates, sob orientação da Professora Me. Alice Krämer Iorra Schmidt.

Esta monografia tem como objetivo analisar os benefícios e a origem da constelação familiar, explicando como esse método pode resolver os conflitos no âmbito familiar, especialmente no campo jurídico e social, na Comarca de Encantado/RS, proporcionando para as partes a resolução ou solução de um conflito de forma consensual.

Sua participação é muito importante para o desenvolvimento do trabalho, pois diante do seu conhecimento poderemos aplicar o questionário para obtenção de dados para monografia. Ainda sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, sendo garantida a confidencialidade e privacidade das informações prestadas por você.

O procedimento será com base num questionário aplicado, onde sua participação consiste em responder perguntas desse roteiro à pesquisadora da monografia.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista individual, com duração de aproximadamente 30 minutos.

Essa entrevista será transcrita e armazenada, em arquivos digitais, onde apenas o aluno e seu orientador terão acesso.

O benefício da sua colaboração para essa monografia consiste em trazer dados e informações acerca dos benefícios que a constelação familiar pode proporcionar para o Poder Judiciário, especificadamente para Comarca de Encantado/RS.

Toda a pesquisa possui riscos, como constrangimento ou dispêndio de tempo para realização da entrevista, o que será minimamente cuidado e observado durante todo tempo.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido declaro que fui informado, de maneira clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento, dos objetivos, justificativas, métodos de coleta de dados, dos riscos e benefícios da presente pesquisa, sendo informada pela aluna sobre:

- o direito de liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento, bem como deixar de participar do estudo;

2

- sua garantia de seu nome ser mantido sigilo após divulgação dos dados (resultados) e que as informações prestadas serão utilizadas para fins científicos vinculados a monografia;
- sua garantia em receber resposta a perguntas a qualquer momento, sendo esclarecido dúvidas acerca da coleta de dados, benefícios e demais assuntos vinculados a pesquisa;
- os resultados serão divulgados através do trabalho de conclusão de curso;
- a pesquisa não terá custos aos pesquisados, sendo totalmente absorvidos pelo pesquisador.

Eu confirmo o entendimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser assinado duas vias, sendo que uma fica com o entrevistado e a outra com o pesquisador. Todas as dúvidas serão esclarecidas pela acadêmica responsável Julia Piola e em caso de esclarecimentos pode contactar pelo telefone (54)98141-8830.

Julia Piola
Nome do Pesquisador

Julia Piola
Assinatura do Pesquisador

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

MARCA BILANQUE G. ROCHA
Nome do Participante

[Assinatura]
Assinatura do Participante

Lajeado, 14 de Outubro de 2019.